



**Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo
exploratório em estudantes de Educação Social**

Carla Patrícia Pires

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para
obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção
ao Longo da Vida

Orientada por

Doutora Ana Raquel Russo Prada

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

Bragança

Junho, 2018

**Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo
exploratório em estudantes de Educação Social**

Carla Patrícia Pires

Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para
obtenção do grau de Mestre em Educação Social - Educação e Intervenção
ao Longo da Vida

Orientada por

Doutora Ana Raquel Russo Prada

Esta dissertação inclui as críticas e sugestões feitas pelo júri.

Bragança

Junho, 2018

Agradecimentos

Quero agradecer fundamentalmente à Professora Doutora Ana Raquel Prada por toda a orientação que me deu, por todo o apoio, inspiração, sabedoria, experiência, por toda a disponibilidade e paciência, pois sem o seu profissionalismo não era possível chegar até aqui.

Quero agradecer à Escola Superior de Educação de Bragança pelo apoio na realização da minha dissertação.

Quero agradecer do fundo do meu coração aos meus pais e à minha avó, pois sem ajuda deles não teria conseguido chegar até onde cheguei, pois eles foram o meu maior apoio e pilar, eles sempre acreditaram que iria conseguir.

Quero agradecer também aos meus amigos por todo o apoio, incentivo e motivação para esta caminhada.

Quero agradecer também aos alunos da licenciatura em Educação Social da Escola Superior da Educação de Bragança pela colaboração neste estudo.

Quero agradecer a toda a gente que se preocupou comigo, que colaboraram e contribuíram para a realização do meu mestrado.

Muito obrigada!

Índice geral

Agradecimentos	iii
Figuras	vi
Tabelas.....	vii
Resumo	ix
Abstract	x
Introdução	1
Capítulo I- Enquadramento teórico.....	3
1. Violência Sexual.....	3
1.1. Delimitação conceptual	3
1.2. Prevalência da violência sexual.....	5
1.3. Consequências da violência sexual	5
1.4. Preditores da violência sexual	6
1.5. Crenças legitimadoras de violência sexual.....	7
1.6. Revisão de estudos empíricos	9
1.7. Programas de prevenção.....	12
2. Empatia.....	13
2.1. Clarificação terminológica	13
2.2. Avaliação da empatia	16
2.3. Revisão de estudos empíricos	18
Capítulo II- Investigação empírica	22
2.1. Formulação da questão-problema e dos objetivos	22
2.2. Metodologia.....	22
2.2.1. Tipo de estudo	22
2.2.2. População e amostra.....	23
2.2.3. Procedimento de recolha de dados e considerações éticas.....	24

2.2.4. Instrumentos de recolha de dados	25
2.2.5. Análise e tratamento dos dados	28
Capítulo III- Apresentação, análise e discussão dos resultados	30
3.1. Apresentação dos resultados	30
3.2. Discussão dos resultados obtidos.....	44
Considerações Finais	49
Referências Bibliográficas	52
Anexos.....	57
Anexo 1. Solicitação de autorização aos autores para utilização da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)	58
Anexo 2. Solicitação de autorização aos autores para utilização da versão portuguesa do Índice de Reatividade Interpessoal.	59
Anexo 3. Solicitação de autorização para realização do estudo ao Diretor da Escola Superior de Educação de Bragança.	60
Anexo 4. Inquérito por questionário	61

Índice de Figuras

Figura 1. Modelo Organizacional de Davis (1996).	15
Figura 2. Percentagem de indicadores de vitimização e perpetração de VS.	32
Figura 3. Número de indicadores de vitimização de VS.	34
Figura 4. Número de indicadores de perpetração de VS.	34
Figura 5. Valores médios por item da escala ECVS.	36
Figura 6. Valores médios por item da escala IRI.	41

Índice de Tabelas

Tabela 1. Escalas de avaliação das atitudes em relação à VS.	9
Tabela 2. Escalas de empatia comumente utilizadas na investigação (adaptado de Fernández-Pinto et al., 2008, p. 288).....	17
Tabela 3. Caracterização da amostra quanto às variáveis sociodemográficas (n=151)..	24
Tabela 4. Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respetivos fatores.	26
Tabela 5. Consistência interna da escala ECVS.	27
Tabela 6. Dimensões do IRI e respetivos itens.....	27
Tabela 7. Consistência interna da escala IRI.	28
Tabela 8. Frequências absolutas e relativas nos indicadores de vitimização e perpetração de VS na amostra global.	31
Tabela 9. Frequências absolutas e relativas nos indicadores de vitimização e perpetração de VS, atendendo ao género dos participantes.	33
Tabela 10. Perceção dos estudantes enquanto vítimas/ agressores de VS e familiaridade com uma vítima de VS.	35
Tabela 11. Mínimo, máximo, média e desvio padrão para cada fator e escala ECVS teóricos e observados.....	36
Tabela 12. Comparação da legitimação da VS atendendo ao género, à idade e ao ano de escolaridade.	37
Tabela 13. Comparação da legitimação da VS atendendo ao ter sido vítima de VS e conhecer vítimas de VS.	39
Tabela 14. Comparação da legitimação da VS atendendo ao número de indicadores de vitimização de VS e de perpetração de VS.	40
Tabela 15. Mínimo, máximo, média e desvio padrão por fatores e global da escala IRI.	41
Tabela 16. Comparação da empatia por género, faixa etária e ano de escolaridade.	42
Tabela 17. Comparação da empatia atendendo ao ter sido vítima de VS e à familiaridade com uma vítima de VS.	43
Tabela 18. Comparação da empatia atendendo aos indicadores de vitimização e de perpetração de VS.....	43

Tabela 19. Correlações não paramétricas entre as dimensões das duas escalas e respectivas pontuações globais.....	44
---	----

Resumo

Seja qual for o comportamento sexualmente abusivo perpetrado contra a vontade ou o consentimento de outra pessoa adulta, esta forma de violência sexual (VS) representa uma grave violação dos direitos humanos. O presente estudo, cujo tema é “Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo exploratório em estudantes de Educação Social”, tem como objetivos analisar a prevalência de comportamentos sexualmente abusivos vivenciados e perpetrados pelos estudantes; analisar o grau de tolerância/legitimação da VS e a capacidade empática dos estudantes, em função do género, da idade, do ano de escolaridade, da perceção dos estudantes enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização e de perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS e, compreender a relação entre o grau de legitimação da VS e a capacidade empática dos estudantes. A investigação apoia-se num estudo descritivo, exploratório e transversal, de natureza quantitativa, tendo como participantes 151 estudantes, de ambos os géneros, a frequentarem a licenciatura em Educação Social na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança. Os dados foram recolhidos através de um inquérito por questionário constituído por quatro partes: dados sociodemográficos e formativos; indicadores de vitimização/perpetração de VS e familiaridade com uma vítima de VS; a versão portuguesa da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS; Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012) e do Índice de Reatividade Interpessoal (IRI; Limpo, Alves & Castro, 2010). Os principais resultados mostram que a maioria dos inquiridos não se percebe como vítima ou agressor de VS. De entre os indicadores de vitimização de VS mais comuns destacam-se o ser vítima de toques sexualmente indesejados. Também se constata, de um modo geral, a existência de uma capacidade empática relativamente elevada, sobretudo no género feminino e nos estudantes de 18 a 21 anos. Verifica-se ainda uma baixa tolerância/aceitação da VS, sobretudo, no género feminino, nos estudantes de 18 e os 21 anos e a frequentarem o segundo ano da licenciatura. Maiores níveis globais de empatia e de preocupação empática associam-se a uma menor tolerância/aceitação da VS. Os resultados obtidos são analisados em função do seu potencial para a formação dos Educadores Sociais.

Palavras-chave: Atitudes; Crenças; Violência sexual; Estudantes do Ensino Superior; Educação Social.

Abstract

Whatever the abusive sexual behaviour committed against the will or consent of another adult, this form of sexual violence (SV) represents a serious violation of the human rights. This study, whose theme is "Beliefs concerning the legitimation of sexual violence: an exploratory study in students of Social Education", aims to analyse the prevalence of abusive sexual behaviours experienced and committed by students; analyse the degree of legitimation of SV and students' empathetic ability, depending on the gender, age, schooling, of the students' perception as victims / aggressors, the presence of indicators of victimization and perpetuation of SV and familiarity with SV and victims; and understand the relationship between the level of tolerance/legitimation of SV and the students' empathetic ability. The investigation is based on a descriptive, exploratory and transversal study of quantitative evaluation, having as participants 151 students, of both genders, who are graduating in Social Education in the Polytechnic Institute of Bragança. The data were collected through a questionnaire consisting of four parts: sociodemographic and educational data; indicators of victimization/perpetration of SV and familiarity with one victim of SV; a Portuguese version of the ECVS (*Escala de Crenças sobre Violência Sexual*; Martins, Machado, Abrunhosa & Manita, 2012) and the Index of Interpersonal Reactivity (IRI; Limpo, Alves & Castro, 2010). The main results show that the majority of the surveyed don't see themselves neither as a victim nor as an offender of SV. Among the most common indicators of SV victimization it's highlighted the victim of unwanted sexual touches. It is also clear that, in general, the existence of a relatively high empathetic ability, especially in females and students between the ages of 18 and 21 years. There is still a low tolerance/acceptance of SV, especially among females, students aged between 18 and 21 years old and attending the second year of the degree course. Higher global levels of empathy and empathetic concern are related to a lower tolerance/acceptance of SV. The results are analysed considering the potential to the training of Social Educators.

Keywords: Attitudes; Beliefs; Sexual violence; High Education Students; Social Education.

Introdução

O presente trabalho de dissertação intitulado “Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo exploratório em estudantes de Educação Social” foi elaborado no âmbito do plano de estudos do mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida. Nele estão registadas as linhas orientadoras seguidas para conseguir responder à problemática a investigar.

Neste trabalho procuramos identificar as crenças de legitimação da Violência Sexual (VS), bem como compreender a relação entre a capacidade empática dos estudantes e a existência dessas crenças legitimadoras, através de um estudo quantitativo numa amostra de conveniência.

Apesar de não existir consenso sobre o conceito de VS e o que constitui uma vitimização/perpetração de VS, a literatura reconhece que esta forma de violência acarreta sérias consequências do ponto de vista psicológico, físico e social para as vítimas (e inclusive para as pessoas que a rodeiam) (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/APAV, s.d.; de Souza, Drezett, Meirelles, & Ramosa, 2013; Santi, Nakano, & Lettiere, 2010). Afigura-se, portanto, como um sério problema na sociedade contemporânea, pelo que a sua prevenção é essencial.

Note-se que, embora a VS não seja um fenómeno raro (Burgess, Fawcett, Hazelwood, & Grant, 1995), constitui ainda uma forma de violência pouco reportada (Dunn & Gilchrist, 1993; Villela & Lago, 2007). A investigação tem demonstrado que o contexto do Ensino Superior parece favorecer a VS, aspeto que tem sido justificado pela presença de “atitudes e de práticas que encorajam a dominação pelos homens, a objetificação e a exploração das mulheres” (Martins, 2012, p.4).

Apesar da natureza complexa e multideterminada da VS, esta é influenciada por fatores como a perpetuação de crenças legitimadoras (Martins, 2012). Torna-se, portanto, fundamental analisar as conceções dominantes acerca da VS, já que estas têm impacto, não só a nível individual, mas também na própria sociedade (Martins, Machado, Abrunhosa, & Manita, 2012). Paraphrasing Freese, Moya e Megías (2004), ao investigarmos sobre as atitudes face à VS podemos compreender melhor como os sujeitos reagem e se comportam quer face às vítimas, quer face aos agressores. Este é ainda um tema sobre o qual escasseiam investigações em estudantes de Educação Social. Subjaz, assim, a necessidade de desenvolver mais investigações no âmbito da formação inicial

em Educação Social para um melhor entendimento das percepções dos estudantes face a esta forma de violência cometida contra uma pessoa adulta.

Por outro lado, o desenvolvimento de competências empáticas pode proporcionar uma melhor compreensão e o reconhecimento das necessidades do outro (Falcone, 1999). Atendendo à literatura revista persiste a necessidade de melhor compreender de que forma a capacidade empática dos estudantes se relaciona com as crenças de legitimação de VS.

Atendendo ao exposto, esta dissertação está estruturada em quatro partes.

No primeiro capítulo, no enquadramento teórico, procedemos a uma revisão reflexiva e crítica da literatura sobre o conceito de VS, centrada no jovem adulto. Analisamos a prevalência desta forma de violência, as suas principais consequências, bem como os fatores preditores. São ainda abordadas as atitudes e crenças legitimadoras desta forma de violência e os estudos publicados neste sentido. Embora sumariamente procedemos a uma reflexão sobre os programas de prevenção da VS focados na população do Ensino Superior. É igualmente referenciado o conceito de empatia e são revistos os principais instrumentos e estudos realizados neste sentido em estudantes do Ensino Superior.

No segundo capítulo, relativo à investigação empírica, são formuladas as questões-problema que motivaram a presente investigação. São ainda definidos os objetivos do estudo e a metodologia do estudo.

No terceiro capítulo procedemos a uma apresentação e discussão dos resultados obtidos.

Por último, nas considerações finais, refletimos sobre as conclusões do estudo, o seu contributo e limitações, bem como sugestões para investigações futuras.

Capítulo I- Enquadramento teórico

Neste capítulo apresentamos uma abordagem conceptual dos pontos fundamentais que vão sustentar teoricamente esta investigação. Deste modo, é tecida uma revisão reflexiva e crítica da literatura sobre o conceito de VS, centrada no jovem adulto, a sua prevalência, as consequências, os fatores preditores, as atitudes e crenças legitimadoras desta forma de violência e os estudos publicados neste sentido. Ainda que sumariamente procedemos a uma reflexão sobre os programas de prevenção da VS focados na população do Ensino Superior. É ainda feita referência ao conceito de empatia, aos principais instrumentos utilizados na investigação e de estudos publicados em estudantes do Ensino Superior.

1. Violência Sexual

1.1. Delimitação conceptual

Apesar do grande desenvolvimento ao nível de investigação que tem existido nos últimos anos no âmbito da VS, este não é um conceito consensual na literatura. De seguida apresentaremos uma análise em torno do conceito de VS. Numa breve análise história é de salientar que, foi sobretudo a partir dos anos 80 e 90, que a VS recebeu maior atenção por parte da comunidade científica. No entanto, acresce referir que até meados dos anos 80 a conceção predominante era a de que se tratava de um crime praticado, quase de forma exclusiva por estranhos e do género masculino, sendo a vítima do género feminino (Martins, 2012). Esta visão estereotipada da VS foi gradualmente contrariada, essencialmente, através dos trabalhos desenvolvidos por Koss e colaboradores, passando a reconhecer-se e a investigar esta temática com um foco na violência cometida por pessoas conhecidas da vítima (Martins, 2012). Atualmente a VS é entendida como uma violação dos direitos individuais, independentemente do género da vítima, e que, ultrapassa a dimensão do ato físico, e pode englobar diferentes tipos de comportamentos sexualmente violentos.

Para uma melhor compreensão do conceito importa analisar algumas das definições comumente reportadas na literatura. Para a Organização Mundial de Saúde (2012) a VS é entendida como “Qualquer ato sexual, tentativa de obter um ato sexual, comentários ou insinuações sexuais não desejados, atos de tráfico ou dirigidos contra a

sexualidade de uma pessoa usando coerção, por qualquer pessoa, independente de sua relação com a vítima, em qualquer contexto”¹ (p. 149). Já o Centers for Disease Control and Prevention/ CDC (2014) define VS como o “ser forçado(a) a penetração, coerção sexual, contato sexual não consentido, e experiências sexualmente não consentidas”² (p. 1). Abraham (1999, citado por Caridade & Machado, 2008, p. 78) define VS como “qualquer tipo de relação sexual sem consentimento, desde a agressão sexual, a violação sexual, o controlo sexual dos direitos reprodutores e outras formas de manipulação sexual, utilizadas pelos perpetradores com a intenção de causar perturbação emocional, sexual e física na outra pessoa”. De acordo com a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/APAV (s.d.) entende-se por VS “qualquer ato sexual indesejado, ou tentativa de ato sexual, avanço ou comentário sexual não desejado, assim como quaisquer outros contactos e interações de natureza sexual efetuados por uma pessoa sobre outra, contra a sua vontade”. Ainda, de acordo com Martins (2012), a VS engloba “um conjunto variado de comportamentos que constituem uma violação dos direitos de privacidade e autonomia de um indivíduo, podendo o cometimento de tais atos comportar o uso (em simultâneo ou não) de várias estratégias/táticas” (p. 17).

Com base nas definições supramencionadas, podemos afirmar que a VS inclui um vasto conjunto de atos sexualmente violentos como toques íntimos não consentidos ou não desejados como, por exemplo, beijar, apalpar, tocar contra a vontade ou sem o consentimento da pessoa; tecer comentários ou piadas de índole sexual que causem desconforto ou receio; ser forçado(a) a tocar nos órgãos genitais de outra pessoa; a consumação ou tentativa de penetração vaginal e/ou anal; ser penetrado(a) por outras partes de objetos; ser obrigado(a) a penetrar outra pessoa e a praticar com ela sexo oral; ser obrigado(a) a assistir à visualização de conteúdos pornográficos; ser obrigado(a) a prostituição forçada; tráfico para exploração sexual e mutilação genital feminina. Importa apenas realçar que no caso de a vítima ser menor o consentimento ou a manifestação da vontade de se envolver sexualmente com outra pessoa não é um requisito (APAV, s.d.-b).

¹ Tradução do original, “any sexual act, attempt to obtain a sexual act, unwanted sexual comments or advances, or acts to traffic, or otherwise directed, against a person’s sexuality using coercion, by any person regardless of their relationship to the victim, in any setting, including but not limited to home and work”.

² Tradução do original, “being made to penetrate, sexual coercion, unwanted sexual contact, and noncontact unwanted sexual experiences”.

1.2. Prevalência da violência sexual

Apesar de existirem campanhas educativas a respeito da violência contra a mulher, o número de vítimas de VS, sobretudo, do gênero feminino é ainda significativo (APAV, s.d.-b). Por outro lado, não é uma tarefa simples a de estimar a prevalência da VS. Inúmeros fatores podem contribuir para a perpetuação do silêncio das vítimas e a subnotificação dos casos de VS, entre eles, o medo de represálias, a vergonha, o sentimento de culpa, o desejo de preservação da família (e nalgumas situações de preservação da relação estabelecida com o agressor) e/ou o ceticismo em relação à condenação do agressor (Dunn & Gilchrist, 1993; Scarpati, Guerra, & Duarte, 2014; Villela & Lago, 2007). Outros fatores podem obstacularizar a denúncia da vítima como o “desestímulo e falta de apoio por parte das autoridades, bem como ceticismo em relação à Polícia e ao Poder Judiciário” (Scarpati et al., 2014, p. 58).

1.3. Consequências da violência sexual

A vivência de VS pode prejudicar o bem-estar físico da vítima (APAV, s.d.-b; de Souza et al., 2013; Santi et al., 2010), sendo comum a presença de dores pélvicas, de lesões e ferimentos no corpo ou nos órgãos sexuais da vítima decorrentes da violência ou força física perpetrada; o contágio de infecções sexualmente transmissíveis e/ou no sistema urinário (APAV, s.d.-b). A VS pode ainda culminar numa gravidez indesejada (APAV, s.d.-b).

A VS também pode acarretar repercussões negativas a nível psicológico e emocional (APAV, s.d.-b; de Souza et al., 2013; Santi et al., 2010). Tal como salientam de Souza, Drezett, Meirelles e Ramosa (2013):

“As vítimas podem sofrer de transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), depressão, ansiedade, transtornos alimentares, distúrbios sexuais e do humor. Outras consequências podem ser maior uso ou abuso de álcool e drogas, problemas de saúde, redução da qualidade de vida, comprometimento da satisfação com a vida, com o corpo, com a atividade sexual e com relacionamentos interpessoais. Existe significativa associação entre violência sexual e sintomas de dissociação, congelamento e hipervigilância. A relação com a própria imagem, a autoestima e as relações afetivas também são afetadas negativamente, o que limita a qualidade de vida. Esses sintomas podem ser duradouros e estender-se por muitos anos na vida dessas mulheres” (p. 98)

De referir igualmente que os efeitos da VS dependem do tipo, da gravidade e da duração da VS; da relação da vítima com o agressor; da idade da vítima; da experiência de vida da vítima e do significado atribuído ao sucedido e do apoio da rede pessoal social após a experiência de vitimização (APAV, s.d.-a). Convém ainda salientar que o impacto da VS não se limita à pessoa vitimizada, atingindo também familiares, amigos e pessoas próximas da mesma (Santi et al., 2010).

1.4. Preditores da violência sexual

A literatura tem demonstrado a natureza complexa e multideterminada do fenómeno da VS, reiterando o contributo de diversos fatores e que importa considerar (Martins, 2012). No entanto, tal como refere Martins (2012) a análise da literatura no âmbito da VS não é de todo simples já que existem uma série de entraves que podem sumariar-se, nomeadamente, “a operacionalização dos termos em investigação, os diferentes *designs* dos estudos, a não unificação dos períodos a que se referem as questões, as amostras de diferentes tamanhos e áreas geográficas, o tipo de questões que são colocadas e as próprias metodologias que são usadas” (p. 9). A autora destaca ainda a escassez de investigações nesta área a nível nacional (Martins, 2012).

De seguida procedemos a uma análise, ainda que sumária, dos preditores de VS.

No que concerne aos preditores demográficos, tal como refere Martins (2012) o género é “o mais consistentemente estudado, quer no que toca à vulnerabilidade para a agressão/vitimização sexual, quer no que concerne às características da mesma” (p. 50). Embora as vítimas sejam mais frequentes as mulheres e os homens os perpetradores, tal não significa que o género masculino e o género feminino não possam, respetivamente, ser vítima e perpetrador de VS (APAV, s.d.-b; Martins, 2012). A VS pode envolver vítimas do género masculino, contudo, estas tendem a permanecer em silêncio, invisíveis e isoladas (APAV, s.d.-b; Martins, 2012). A maioria dos rapazes não denuncia a vitimização, quer às redes formais, quer às redes informais (familiares, amigos, entre outros) (APAV, s.d.-b; Martins, 2012).

A investigação também tem revelado que, ainda que não seja totalmente consensual, os homens tendem a manifestar atitudes mais negativas em relação às vítimas de VS, responsabilizando-as pelo sucedido (Ferrão & Gonçalves, 2015; Hockett, Smith, Klausling, & Saucier, 2016). Não existem, contudo, dados consistentes sobre o valor preditivo da idade, do nível socioeconómico e da etnia em relação à VS (Martins, 2012).

Não obstante, existem fortes evidências de que a exposição à violência intrafamiliar precoce durante a infância, quer de forma direta, quer indireta, é um importante preditor desenvolvimental (Martins, 2012).

Relativamente aos fatores situacionais, “contrariamente ao que é frequentemente veiculado pelo senso comum, os estudos têm apontado os lugares privados como sendo menos seguros, comparativamente com os públicos” (Martins, 2012, p.63). Existem fortes evidências de que a VS é maioritariamente cometida por alguém conhecido da vítima e, inclusivé, num contexto de intimidade, o que dificulta a própria denúncia (Martins, 2012). A VS pode ocorrer em diferentes relações mais íntimas, familiares, de amizade, ocasionais e/ou formais (APAV, s.d.).

No que concerne ao uso de drogas, o álcool é uma das substâncias mais investigadas sendo apresentado como um facilitador da agressão sexual (Martins, 2012). Neste âmbito a literatura indica ainda uma maior tendência para a culpabilização e responsabilização das vítimas quando alcoolizadas por se terem colocado nessa situação. Denota-se, portanto, uma dupla vitimação das mesmas. Já em situações de intoxicação deliberada da vítima, através do recurso ao álcool e/ou de outras drogas, é-lhe atribuída uma menor responsabilidade pelo evento e uma maior responsabilidade ao agressor (Martins, 2012).

A investigação em relação aos preditores culturais tem demonstrado uma forte influência dos processos de socialização na validação e perpretação da VS. Neste sentido os estudos indicam uma maior probabilidade de não-aceitação das relações sexuais forçadas mediante coerção verbal como uma forma de agressão sexual (Martins, 2012).

Para terminar importa sublinhar que as variáveis preditoras da VS que têm suscitado maior interesse e consensualidade parecem ser “as experiências precoces de violência na infância, o consumo de substâncias (especialmente o álcool) e as atitudes face à violência sexual” (Martins, 2012, p.73). É sobre esta última variável que debruçaremos uma análise mais detalhada.

1.5. Crenças legitimadoras de violência sexual

As crenças acerca da VS podem definir-se como formas preconceituosas, estereotipadas ou falsas de analisar esta violência, as próprias vítimas e os agressores (Burt, 1980). As primeiras investigações neste âmbito remontam a Burt (1980), que salientou o impacto nas próprias vítimas e na perpetuação desta forma de violência.

De seguida analisam-se algumas das principais crenças legitimadoras de VS.

O mito de que “as mulheres fantasiam acerca da violação e desejam ser violadas” culpabiliza e responsabiliza a vítima pela ocorrência, e é corroborado pelas imagens veiculadas pelos meios de comunicação onde se apresentam cenas de crueldade perpetradas contra as mulheres e a consequente a obtenção de prazer (Rocha & Vieira, 1990).

O mito “a violação é impossível se a mulher lutar” ignora o facto desta forma de violência poder ser praticada sob ameaça de violência e/ou morte e por mais de um agressor (Rocha & Vieira, 1990). A investigação tem confirmado que a resistência da vítima é uma variável que influencia a atribuição de culpa e de responsabilidade (Anderson, 2007; van der Bruggen & Grubb, 2014).

Outro mito é o de que “a mulher provoca a violação através de comportamentos ousados, vestidos provocativos, andando até tarde na rua, etc., pelo que só as mulheres «más» são violadas”, o qual descarta o facto de qualquer pessoa poder ser uma potencial vítima de VS (Ferrão & Gonçalves, 2015; Rocha & Vieira, 1990). Erroneamente também perpetua no imaginário social a crença de que a VS se associa à aparência ou a comportamentos específicos da vítima (tipicamente feminina), entendendo, assim, a VS como inevitável e da sua inteira responsabilidade (Ward, 1995). Também persiste a ideia da VS como um ato de cariz sexual cometido por um estranho, de forma repentina, em locais escuros e isolados (Anderson, 2007; Blake, Barbara, & Renata, 2014).

Os mitos “o violador está perturbado mentalmente. A violação é praticada por um maníaco” e “os violadores têm necessidade de contactos e de gratificação sexual, sendo o crime provocado por um impulso sexual incontrolável” (Rocha & Vieira, 1990) são contrariados pelos dados da investigação (Anderson, 2007; Blake et al., 2014; Ferrão & Gonçalves, 2015; Rocha & Vieira, 1990). De facto, tem-se constatado que a VS é usualmente perpetrada por um conhecido da vítima, como um parente, um amigo ou outra pessoa da sua confiança (Ferrão & Gonçalves, 2015; Koss, Gidycz, & Wisniewski, 1987; Randall & Haskell, 1995; Rocha & Vieira, 1990; Szymanski, Devlin, Chrisler, & Vyse, 1993). Também existem evidências de que os agressores têm, geralmente, acesso regular à vítima, bem como o facto da maioria das agressões sexuais serem planeadas para controlar e humilhar a vítima (Rocha & Vieira, 1990).

Importa ainda aludir aos mitos “as mulheres acusam os homens de violação para controlá-los ou ofendê-los” e “a maior parte das denúncias de violação são falsas”, que tendem não só a culpabilizar a vítima pelo sucedido, mas também a levar as vítimas a optar por não revelar o crime (Rocha & Vieira, 1990). A investigação tem ainda

demonstrado que as pessoas geralmente apoiam e sentem mais empatia pela vítima quando a VS é cometida por uma pessoa desconhecida da vítima, e que tendem a culpabilizar mais a vítima quando esta forma de violência é perpetrada por uma pessoa conhecida (Koss et al., 1987).

É essencial identificar as crenças legitimadoras de VS já que, de forma consistente, se têm associado a uma maior probabilidade de ocorrência de comportamentos sexualmente agressivos, bem como a uma menor prestação de auxílio à vítima e culpabilização/hostilidade para com esta, desresponsabilização o(a) agressor(a) pelo sucedido (Martins, Machado, Abrunhosa, & Manita, 2012; Scarpati et al., 2014). Estas falsas crenças podem distorcer a percepção que se tem da VS e, conseqüentemente, dificultar a sua deteção precoce, bem como a procura de ajuda por parte das vítimas. Uma análise crítica sobre estas falsas crenças é essencial para prevenir a incidência de VS. Tal como refere Payne, Lonsway e Fitzgerald (1999) a presença de crenças e atitudes legitimadoras da VS favorecem o desacreditar e a culpabilização da vítima, bem com a absolvição do agressor e minimização ou justificação da agressão cometida.

1.6. Revisão de estudos empíricos

Na literatura são diversas as referências a instrumentos para avaliação das atitudes em relação à VS (Tabela 1), sendo as mais utilizadas a escala Rape Myth Acceptance Scale (RMAS; Burt, 1980) e a *Illinois Rape Myth Acceptance Scale* (IRMA; Payne, Lonsway & Fitzgerald, 1999) (Ferrão & Gonçalves, 2015; Scarpati et al., 2014).

Tabela 1. Escalas de avaliação das atitudes em relação à VS.

Nome da Escala	Autor/es e ano	Nº Itens
<i>Attitudes Toward Rape Scale</i> (ATRS)	Feild (1978)	32
<i>Rape Myth Acceptance Scale</i> (RMAS)	Burt (1980)	19
<i>Rape Myth Scale</i> (RMS)	Lonsway & Fitzgerald (1994, 1995)	19
<i>Illinois Rape Myth Acceptance Scale</i> (IRMA)	Payne, Lonsway & Fitzgerald (1999)	40
Escala de Crenças sobre a Violação (ECV)	Matos, Machado, & Gonçalves (no prelo)	29
Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)	Machado, Abrunhosa e Manita (2012)	30

Fonte: Elaboração própria.

Na revisão de estudos sobre crenças associadas à VS centramo-nos nos trabalhos que utilizam a Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) de Machado, Abrunhosa e Manita (2012).

Barros (2016), na sua tese de Mestrado, analisou a presença de VS e em contextos festivos e de que forma estes contextos podem influenciar a sua ocorrência. Para tal foi aplicado um questionário administrado *online* composto por questões sociodemográficas e sobre informação referente à frequência de contextos festivos, ao consumo de substâncias psicoativas e à prevalência de diferentes tipos de VS. Os participantes foram ainda questionados sobre a sua perceção de envolvimento na VS e solicitados a preencher a ECVS e uma escala sobre as crenças acerca dos consumos e da agressão sexual. A amostra de conveniência incluiu 245 participantes (198 mulheres e 47 homens), com idades de 18 a 64 anos ($M= 24,80$; $DP =6,15$), sendo 198 do sexo feminino e 47 do masculino. De referir que 139 (56,73%) dos participantes da amostra foram classificados como pertencentes ao grupo de pessoas vítimas de agressão sexual (87,70% mulheres e 17,30% homens). Apenas 20 (8,16%) participantes assumiram ter realizado pelo menos um dos nove comportamentos de agressão sexual, integrar, assim, o grupo de agressores (55% homens e 45% mulheres).

De entre os resultados obtidos importa ainda salientar que os participantes classificados como vítimas de alguma forma de VS, na sua maioria, não se consideraram vítimas desta forma de violência em contextos festivos. Foi ainda evidente a associação entre uma maior frequência de contextos festivos e a existência de crenças de culpabilização e responsabilização da vítima. No que concerne às crenças sobre a VS, as pessoas que já cometeram alguma forma de VS apresentaram uma maior pontuação no fator 3 (“consentimento da vítima”), comparativamente com os participantes que nunca perpetraram esta forma de violência. Os participantes classificados como agressores sustentaram a crença de que algumas pessoas têm o desejo de ser violadas. Também se verificou que este grupo avaliou de forma menos severa os comportamentos de beijar ou roçar na outra pessoa sem o seu consentimento da outra pessoa. Os participantes que fizeram parte do grupo das pessoas vitimizadas apresentaram uma pontuação inferior no fator 1 (“representação estereotipada da violência”) comparativamente com a restante amostra, sendo, portanto, evidente uma visão menos estereotipada da VS.

Martins (2012) analisou a prevalência de diferentes tipos de VS, quer a nível da vitimização quer da perpetração, tanto do ponto de vista das vítimas como dos agressores, e o grau de tolerância/legitimação em relação a estes comportamentos sexualmente

abusivos e as crenças específicas que concorrem para a sua legitimação. A autora analisou ainda a relação entre crenças e comportamentos sexualmente abusivos e procurou identificar os fatores preditores das atitudes legitimadoras de comportamentos sexualmente abusivos. A amostra de conveniência incluiu 1366 participantes do Ensino Superior (36,30% do género masculino e 63,60% do género feminino), maioritariamente solteiros (96,60%) e com idades compreendidas de 18 a 24 anos ($M=21,20$ anos; $DP=1,87$). Destes, 37,02% residiam no Norte, 20,90% no Centro, 30,10% em Lisboa e Vale do Tejo, 4,10% no Alentejo e 8,20% no Algarve. Quanto ao nível socioeconómico a maioria dos participantes autoavaliou-se como médio (58,60%). No que concerne ao ano do curso, 22,69% frequentavam o primeiro ano do curso, 27,75% o segundo ano, 24,01% o terceiro ano, 14,93% o mestrado/mestrado integrado e 10,61% referiram estarem a realizar o doutoramento. Os participantes eram provenientes de diferentes áreas de formação (5,40% área de educação; 9,0% da área de artes e humanidades; 29,80% da área de ciências sociais, comércio e direito; 16,70% da área de ciências, matemática e informática; 12,20% da área engenharias, indústrias transformadoras e construção; 3,10% da área de agricultura; 17,60% da área de saúde e proteção social e 6,30% da área de serviços). Neste estudo foi utilizado um questionário de recolha de dados sociodemográficos e formativos dos participantes, a escala ECVS e o SES (para avaliar a vitimização e a perpetração). Os resultados obtidos revelaram que 26,80% dos participantes relataram ter sofrido um ou mais atos sexualmente não-consentidos ao longo da vida, sendo classificados como “vítimas”. Verificou-se igualmente que 88,80% das vítimas era do género feminino. Outro dado que merece especial atenção é o facto de 6,08% dos participantes relatarem terem perpetrado pelo menos, um ato sexual não-consentido, sendo classificados como “agressores/as”, correspondendo sobretudo a perpetradores do género masculino (67,47%). Foi ainda evidente que 33,33% das vítimas assinalou ter sofrido, pelo menos, um ato sexual não-consentido perpetrado por alguém com quem mantém uma relação de namoro, 24,86% por um/a amigo/a, 13,93% por um/a conhecido/a de uma noite, 10,66% por um/a ex-namorado/a e 5,46% por um/a familiar. Existiram diferenças de género ao nível das atitudes face à VS, sendo os participantes do género masculino os que evidenciaram um maior grau de tolerância/legitimação desta forma de violência, quer no que concerne ao nível global de legitimação, quer no que concerne a cada um dos fatores que integram a ECVS. Neste estudo, constatou-se uma diminuição da aceitação VS nos participantes de maior idade, em todos os fatores que compõem a ECVS. Quanto à perceção da classe social, os participantes que se

autoavaliam como pertencentes a um estatuto médio-alto e elevado reportaram menor legitimação da VS, em comparação os grupos baixo e médio-baixo. Martins (2012) comprovou a existência de diferenças estatisticamente significativas no grau de aceitação/legitimação da VS em função do ano de curso dos participantes. De salientar ainda que o género masculino, um maior grau de concordância com as crenças legitimadoras de VS, uma menor idade dos participantes e o ano de formação foram preditores do comportamento sexualmente abusivo. Contudo, o mesmo já não se verificou em relação ao nível socioeconómico dos participantes.

1.7. Programas de prevenção

Tal como já referido anteriormente, as consequências da VS são bastante pronunciadas quer para as vítimas, quer para a sociedade no geral, justificando a necessidade de delinear estratégias interventivas e preventivas para esta forma de violência. Neste âmbito, a investigação mais recente no âmbito da prevenção da VS junto da população do Ensino Superior sublinha a necessidade de transferir o foco das vítimas e dos agressores para a comunidade. Considera-se, assim, que, ao incidir a responsabilidade sobre todos os membros da comunidade, é possível aumentar a eficácia das estratégias de prevenção e, deste modo, contribuir para a redução da incidência desta forma de violência (p.e., Centers for Disease Control and Prevention, 2004; Moynihan & Banyard, 2008; Potter, Moynihan, Stapleton, & Banyard, 2009).

Em Portugal a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV) implementou, a partir do projeto “Unisexo”, uma Campanha de Prevenção da violência sexual destinada a jovens que frequentam o Ensino Superior. O projecto teve início em setembro de 2011 e terminou em dezembro de 2014. Foi financiado no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional / Programa Operacional Potencial Humano, eixo 7- igualdade de género, medida 7.3 – apoio técnico e financeiro às Organizações Não Governamentais, gerido pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. Pretendeu-se, assim, atuar na área da prevenção da VS no âmbito das relações de intimidade, seja em namoro ou em relações ocasionais em estudantes do Ensino Superior. Foi adotada uma abordagem informativa e educativa dirigida à comunidade estudantil e restante comunidade do Ensino Superior e através de vários suportes (p.e, spots vídeo e rádio, folhetos, cartazes) foi veiculada seguinte mensagem chave: “Depois do não, pára! Respeita a vontade dos outros. A Violência sexual é crime.” Ao longo do projeto foram dinamizadas várias

atividades como grupos focais, a campanha “Depois do não! Pára”, *workshops* de prevenção, a elaboração do Manual Unisexo – para o atendimento a vítimas de violência sexual, o Seminário Unisexo, um concurso de cartazes, um ciclo de conferências e um microsite sobre VS (APAV, 2017). De salientar que a Campanha “Depois do não! Pára”³ foi a que abrangeu um maior número de estudantes do Ensino Superior e mesmo da comunidade em geral (APAV, 2017).

2. Empatia

2.1. Clarificação terminológica

A empatia, variável essencial no estudo das relações interpessoais, tem sido alvo de interesse de várias áreas de investigação (Duan & Hill, 1996; Fernández-Pinto, López-Pérez, & Márquez, 2008; Sampaio, Camino, & Roazzi, 2009). Contudo e, apesar da reconhecida importância da empatia para a Educação Social há ainda um longo caminho a percorrer em busca dos “contornos” deste conceito e das suas implicações.

A origem do conceito de empatia remonta ao século XVIII sendo atribuído a Robert Vischer que se referiu ao mesmo como “*Einführung*”, que em alemão significa “sentir-se dentro” (Duan & Hill, 1996; Fernández-Pinto et al., 2008). No entanto, foi apenas em 1909 que Tichener acunhou o termo empatia (Duan & Hill, 1996; Fernández-Pinto et al., 2008; Sampaio et al., 2009), referindo-se à mesma como “a capacidade de conhecer a consciência de outra pessoa e de raciocinar de maneira análoga a ela através de uma processo de imitação interna” (Sampaio et al., 2009, p. 213). A empatia reflete a capacidade de descentrar-se de si mesmo, de sincronizar-se com a experiência subjetiva da outra pessoa, compreendendo-o para além de rótulos ou categorias pré-definidas, e sem perder a noção da individualidade. Diferencia-se, portanto, da simpatia, sendo esta entendida como uma emoção que se pode ter na relação com o outro mas que não requer o ser capaz de compreender as suas vivências.

Uma análise do percurso histórico da empatia revela que este construto tem sido analisado desde distintas perspetivas (Duan & Hill, 1996; Fernández-Pinto et al., 2008; Sampaio et al., 2009; Zoll & Enz, 2006). Concretamente, o construto de empatia tem sido abordado desde uma perspetiva cognitiva e afetiva. A empatia enquanto processo cognitivo é entendida como a capacidade para compreender e responder adequadamente aos sentimentos, às cognições e à motivação do outro. A abordagem cognitiva da empatia

³ <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/depois-do-nao--para>

tem-se, portanto, centrado na compreensão intelectual da condição do outro. Por sua vez, a empatia enquanto processo emocional ou afetivo é entendida como a resposta afetiva vicariante ao estado emocional do outro. Ainda neste âmbito importa referir que têm sido considerados dois focos de análise (Fernández-Pinto et al., 2008; Navarro-Saldaña, Maluenda-Albornoz, & Varas-Contreras, 2016; Sampaio et al., 2009). Desde uma perspectiva constitucional, a empatia é entendida como “um traço de personalidade ou habilidade geral para conhecer os estados mentais de outras pessoas e para sentir as emoções dos outros” (Sampaio et al., 2009, p. 217). Uma análise da empatia enquanto disposição reitera a ideia da existência de diferenças individuais capazes de explicar a reação emocional do sujeito perante as experiências emocionais do outro. Desde uma perspectiva situacional a empatia é equacionada como “um construto que reflete respostas afetivo-cognitivas ligadas a situações específicas, sendo, portanto, mais disposicional que constitucional” (Sampaio et al., 2009, p. 217). A empatia é, assim, considerada como uma emoção vicariante e congruente com o estado emocional do outro que emerge na presença de estímulos emocionais concretos. Outra linha de investigação da empatia procura integrar os contributos das perspetivas cognitiva e afetiva. Neste âmbito, destaca-se o trabalho desenvolvido por Davis (1980, 1983), que propôs uma definição multidimensional do construto que inclui quatro componentes, dos quais dois se referem a aspetos cognitivos (tomada de perspetiva e fantasia) e outros dois a aspetos afetivos (desconforto pessoal e preocupação empática). Posteriormente, Davis (1996) apresentou um Modelo Organizacional, no qual englobou ainda os antecedentes, o processo cognitivo e as consequências intra e interpessoais advindas da empatia, tal como se apresenta na Figura 1.

De acordo com este modelo, o domínio dos antecedentes incorpora as características do observador (capacidades biológicas, diferenças individuais e biografia) e da situação (força da situação e semelhança com a pessoa). Já os processos referem-se aos mecanismos pelos quais os resultados intra e interpessoais são produzidos. O autor diferencia ainda processos de baixo, médio ou elevado custo cognitivo. Acresce referir que também incorpora os resultados intrapessoais (respostas, cognitivas e/ou afetivas, produzidas no observador) e interpessoais (entendidas como as respostas comportamentais direcionadas ao alvo). De salientar ainda que este modelo procura conciliar as propostas comumente reportadas na literatura, no entanto, não está isento de críticas. Uma das críticas apontadas é a inconsistência nos resultados da subescala desconforto pessoal (Fernández-Pinto et al., 2008). Outro aspeto, criticado inclusivé pelo

próprio autor, é o facto de o modelo contemplar apenas relações unilaterais entre os elementos propostos, bem como o facto de não considerar as características da pessoa com quem o sujeito empatiza (Fernández-Pinto et al., 2008).

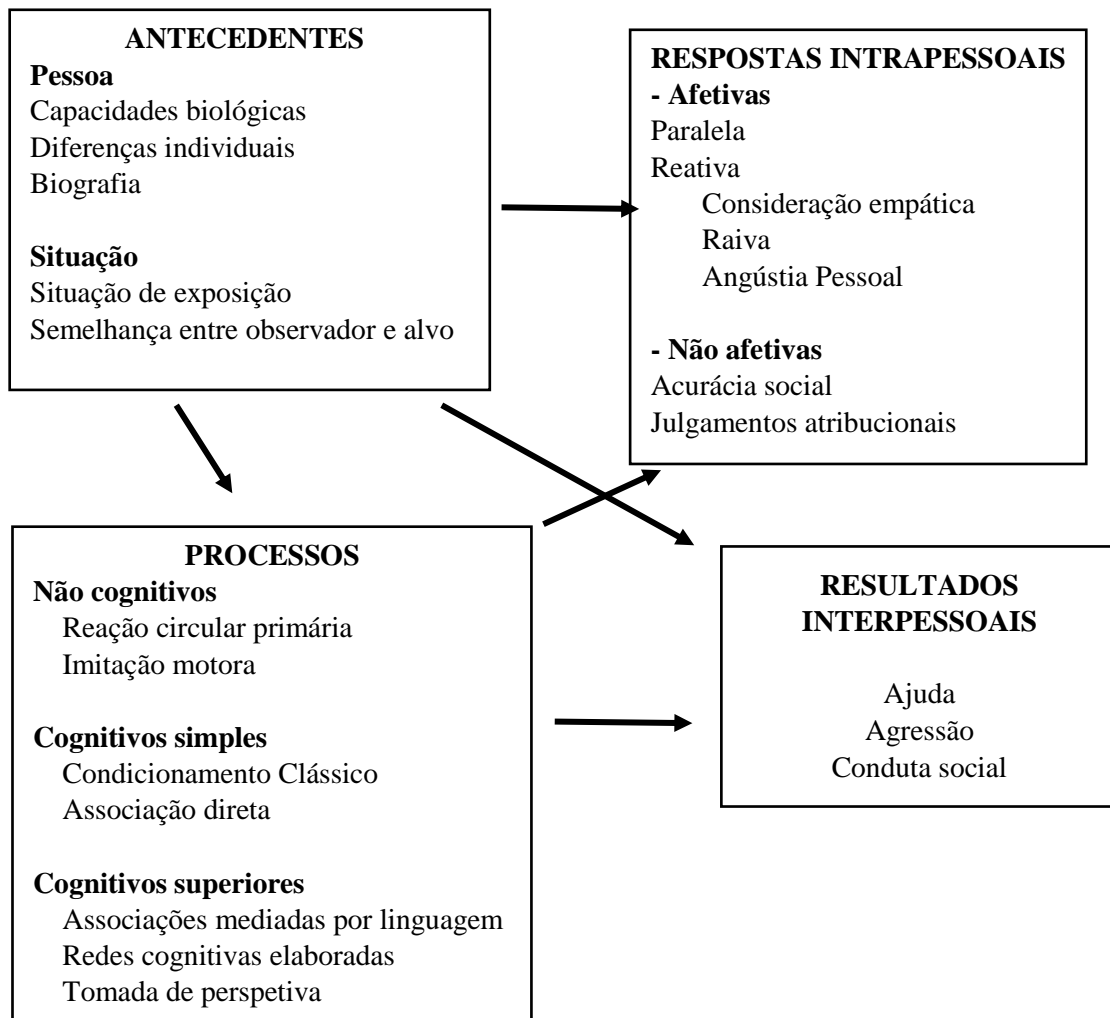


Figura 1. Modelo Organizacional de Davis (1996).

Mais recentemente, Gerdes e Segal (2009) propuseram uma nova conceptualização da empatia que incorpora os contributos advindos das neurociências, mas também da Psicologia Social e da Psicologia do Desenvolvimento. À luz deste modo a empatia organiza-se em três componentes: a resposta afetiva às emoções do outro; o processamento cognitivo da perspetiva do outro e a própria resposta afetiva e, a tomada de decisão consciente para executar uma ação empática. A empatia é, portanto, entendida como uma experiência que engloba componentes cognitivos, afetivos e de tomada de decisão (Gerdes & Segal, 2009; Gerdes, Segal, Jackson, & Mullins, 2011). Mais concretamente, os autores consideram que perante as ações e as emoções do outro, o

indivíduo aciona, de forma involuntária, uma resposta afetiva. O processamento cognitivo da resposta afetiva requer que o indivíduo, de forma voluntária, entenda as experiências de vida do outro. A ação empática é entendida como uma espécie de dever social, que desperta no sujeito a necessidade de agir e adotar comportamentos de ajuda. Estes autores consideram a ação empática como parte integrante do modelo. Para Gerdes e colaboradores (Gerdes & Segal, 2009; Gerdes et al., 2011) este modelo possibilita uma maior compreensão do outro e uma maior adequação às suas reais necessidades.

Em suma, a literatura não é de todo consensual no que concerne à definição do construto de empatia. As conceptualizações mais recentes da empatia postulam uma perspectiva multidimensional, considerado que abrange componentes cognitivos, afetivos e comportamentais. Deste modo, neste trabalho adotamos uma visão multidimensional, reconhecendo a empatia como uma competência especialmente relevante em situações adversas como a VS, que inclui três componentes principais, nomeadamente, a capacidade de adotar o ponto de vista do outro (aspecto cognitivo), o ser capaz de experimentar a emoção do outro (aspecto afetivo) e de expressar compreensão (aspecto comportamental).

2.2. Avaliação da empatia

Embora seja consensual na literatura a relevância da empatia no contexto das relações interpessoais, a ausência de consenso teórico na definição operacional, reflete-se na diversidade de procedimentos e instrumentos, o que dificulta a comparação dos resultados dos distintos estudos.

A empatia tem sido investigada através de índices fisiológicos como a verificação da condutibilidade, monitorização da temperatura da pele e das frequências cardíaca e respiratória, método que não está isento de críticas já que avalia a “excitação fisiológica geral, sem que haja certeza sobre o tipo de emoção que está sendo vivenciada” (Strayer, 1987 citado por Sampaio et al., 2009, p. 219). Outras formas utilizadas na avaliação deste construto baseiam-se em índices somáticos, destacando-se a análise de gestos e expressões faciais através de histórias, vídeos, fotos ou figuras, os quais se consideram “potentes estimuladores emocionais” (Sampaio et al., 2009, p. 219). Neste sentido e, de acordo com Dymond (2004 citado por Sampaio et al., 2009), “o indivíduo mais empático era aquele que conseguia prever ou inferir com maior grau de precisão o que as outras pessoas sentiam e pensavam” (p. 218). Desta forma é possível a avaliação da experiência subjetiva dos respondentes, e de uma forma menos dispendiosa e mais rápida, requerendo

menor treino por parte dos pesquisadores (Sampaio et al., 2009). Contudo, esta forma de avaliação não está isenta de críticas. De acordo com Sampaio, Camino e Roazi (2009) esta conceção da empatia centra-se apenas na capacidade cognitiva pelo que “pode influenciar a natureza das experiências emocionais empáticas mas não equivale à empatia propriamente dita” (p. 218). Cabe ainda mencionar que, mais recentemente também têm sido utilizadas técnicas de neuroimagem funcional, reconhecendo que existem aspetos ideomotores nas respostas empáticas (Enz & Zoll, 2006 citado por Sampaio et al., 2009). A avaliação através de índices somáticos e fisiológicos embora se associe a uma menor desejabilidade social nas respostas dos sujeitos, requer instrumentos mais dispendiosos e mais incómodos para os participantes (Sampaio et al., 2009).

Denota-se uma grande variabilidade nas medidas utilizadas para avaliar a empatia. Como referido anteriormente, a empatia tem sido avaliada através de índices somáticos e fisiológicos, mas também mediante questionários e a escalas de autorelato (Fernández-Pinto et al., 2008; Sampaio et al., 2009). Neste sentido, tal como se expressa na Tabela 2, apesar da diversidade de instrumentos, existem dois que são os mais amplamente utilizados: o *Questionnaire Measure of Emotional Empathy* (QMEE; Mehrabian & Epstein, 1972) e o *Interpersonal Reactivity Index* (IRI; Davis, 1983).

Tabela 2. Escalas de empatia comumente utilizadas na investigação (adaptado de Fernández-Pinto et al., 2008, p. 288).

	Nome da Escala	Autor/es e ano	Nº Itens	Nº Subescalas
Visão Cognitiva	<i>Dymond Rating Test of Empathy</i>	Dymond (1949)	24	2
	<i>Hogan Empathy Scale (EM)</i>	Hogan (1969)	64	3
Visão Afetiva	<i>Questionnaire Measure of Emotional Empathy (QMEE)</i>	Mehrabian & Epstein (1972)	33	8
	<i>Balanced Emotional Empathy Scale (BEES)</i>	Mehrabian (1997)	30	-
	<i>Measure of Emotional Empathy</i>	Caruso & Mayer (1998)	30	6
Visão situacional	<i>Escala de Empatía e Identificación con los personajes</i>	Iguartua & Páez (1998)	17	7
Visão Integradora	<i>Índice de Reactividad Interpersonal (IRI)</i>	Davis (1980)	28	4
	<i>Empathy Quotient (EQ)</i>	Baron- Cohen & Weelbright (2004)	28	3

	<i>Test de Empatía Cognitiva y Afectiva (TECA)</i>	López-Pérez, Fernández-Pinto & Abad (2008)	33	4
--	--	--	----	---

O QMEE, tal como o próprio nome indica, é uma medida de avaliação da empatia emocional. Este instrumento foi desenvolvido com o intuito de avaliar a tendência para reagir emocionalmente às experiências observados nos outros indivíduos. O IRI é um dos instrumentos mundialmente mais utilizados para mensurar a empatia sob uma abordagem perspetiva multidimensional, através de duas subescalas afetivas (desconforto pessoal e preocupação empática) e duas subescalas cognitivas (tomada de perspetiva e fantasia). À semelhança de outras medidas de autorelato existe o risco de deseabilidade social, contudo, cabe ressaltar o seu potencial na avaliação dos aspetos emocionais e cognitivos da empatia. O IRI encontra-se adaptado e validado para a população portuguesa e tem sido utilizado em alguns trabalhos empíricos (Felizardo, Ribeiro, Novo, Prada, & Magalhães, 2017).

2.3. Revisão de estudos empíricos

A diversidade de definições e instrumentos para avaliar a empatia tornam difícil a comparação dos resultados dos diversos estudos. Na revisão de estudos empíricos que se apresenta de seguida centramo-nos nos estudos quantitativos que adotam uma visão integradora do construto de empatia.

A investigação desenvolvida por Navarro-Saldaña, Maluenda-Albornoz e Varas-Contreras (2016) procurou analisar as diferenças na capacidade empática de estudantes universitários chilenos atendendo ao sexo e à área de formação dos mesmos. Participaram na investigação 680 estudantes (127 das áreas da física e da matemática, 161 das áreas social e humanidades e 392 das áreas da química e biologia), de ambos sexos (351 mulheres e 329 homens), com idades compreendidas de 18 a 46 anos. Para avaliação da empatia foi utilizado o IRI (atendendo a quatro subescalas - desconforto pessoal, fantasia, preocupação empática e tomada de perspetiva). Os resultados confirmaram diferenças na capacidade empática em função do sexo dos estudantes. Concretamente, as raparigas evidenciaram uma maior pontuação global e nos domínios desconforto pessoal, fantasia e preocupação empática do que os rapazes. Estudantes do sexo feminino parecem apresentar maior capacidade empática emocional do que cognitiva. Não se registaram

diferenças significativas nas capacidades empáticas dos estudantes atendendo às suas áreas disciplinares. Estes dados realçam a relevância do contrato de empatia no desenvolvimento de distintas competências profissionais.

Gonçalves (2017), no âmbito da dissertação de mestrado, realizou um estudo a fim de compreender a relação entre a reatividade interpessoal e a regulação emocional em alunos de licenciatura e do mestrado de Psicologia numa Universidade do norte de Portugal. Neste estudo participaram 121 indivíduos (85% mulheres e 15% homens), com idades compreendidas de 18 a 46 anos. Entre os participantes 82 (67.77%) frequentavam a licenciatura e 39 (32.23%) o mestrado. Foi utilizado o IRI e o Questionário de Regulação Emocional (para avaliar as estratégias de regulação emocional – reavaliação cognitiva e supressão emocional - em situações específicas). Os resultados indicaram associações positivas entre a reavaliação cognitiva e as subdimensões tomada de perspetiva, preocupação empática e fantasia. Neste sentido foi evidente que os alunos que mais utilizaram a estratégia de modificação do significado atribuído a uma situação, também avaliaram mais frequentemente o ponto de vista de outras pessoas, demonstraram maior preocupação e compaixão pelo outro diante de uma experiência negativa e foram mais capazes de se colocarem no contexto do outro. Verificou-se ainda uma associação negativa entre a supressão emocional e as subdimensões preocupação empática e fantasia. Os estudantes que mais recorram à modificação dos comportamentos a fim de diminuir a expressão emocional associada a uma determinada situação, evidenciaram menor preocupação e compaixão pelo outro numa experiência negativa e foram menos capazes de se colocarem no contexto do outro. Este estudo constatou ainda que os alunos do mestrado apresentaram níveis mais elevados de tomada de perspetiva, preocupação empática e fantasia, comparativamente com os alunos da licenciatura. Também se verificou um menor recurso a estratégias de supressão emocional nos estudantes de mestrado que nos da licenciatura. Verificou-se igualmente que as estudantes do sexo feminino, quando comparadas com os estudantes do sexo masculino, apresentaram níveis mais elevados de preocupação empática, desconforto pessoal e a fantasia e que recorreram menos a estratégias de supressão emocional.

O estudo realizado por Felizardo, Ribeiro, Novo, Prada e Magalhães (2017) procurou analisar a perceção sobre a empatia dos estudantes da licenciatura em Educação Social de duas instituições portuguesas (Bragança e Viseu) em função do género, da idade, do ano letivo e da instituição de pertença dos participantes. Neste estudo quantitativo e de carácter transversal foi aplicado o Índice de Reatividade Interpessoal

numa amostra de conveniência e não probabilística composta por 242 alunos (124 estudantes da Escola Superior de Educação de Bragança e 118 estudantes da Escola Superior de Educação de Viseu), com idades de 18 a 46 anos ($M= 21,6$; $DP = 3,77$). Concretamente, 119 (49,20%) dos estudantes tinham uma idade inferior a 21 anos e 123 (50,80%) mais de 21 anos. A maioria dos alunos era do género feminino ($n= 213$; 89,70%). No que concerne ao ano académico 90 estavam inscritos no primeiro ano da licenciatura, 80 no segundo ano e 72 no terceiro ano. Os resultados obtidos não indicaram a existência de diferenças estatisticamente significativas na pontuação global do IRI e nas subescalas de acordo com a instituição de pertença dos estudantes. Estes resultados podem dever-se ao facto de as instituições analisadas fazerem parte de contexto bastante similares (são ambas pertencentes ao Ensino Superior Politécnico e localizadas em cidades do interior do país). Também não foram evidentes diferenças significativas na pontuação global do IRI e nas subescalas consideradas atendendo à idade dos estudantes. No entanto, constataram-se diferenças estatisticamente significativas atendendo ao ano académico e ao género dos estudantes na subescala preocupação empática. Os estudantes do terceiro ano obtiveram uma maior pontuação nesta subescala que os estudantes do segundo ano. Foi ainda evidente uma maior pontuação média para as estudantes do género feminino. Com base nos resultados obtidos Felizardo e colaboradores (2017) salientam a necessidade de refletir sobre as práticas de ensino no âmbito da formação inicial em Educação Social. Reiteram ainda a necessidade de contextos de aprendizagem menos transmissivos, mais centrados nos estudantes e promotores de uma aprendizagem colaborativa, bem como da partilha de perspectivas e pontos de vistas essenciais para o desenvolvimento da empatia.

A investigação no âmbito da empatia foi significativamente influenciada pelas teorias humanistas, as quais entendiam a empatia como essencial ao processo de mudança terapêutica. Neste âmbito, embora os trabalhos desenvolvidos por Carl Rogers (1959) privilegiem a relação clínica entre o terapeuta e o cliente, sublinham o quão relevante é a empatia a fim de “perceber o marco de referência interior da outra pessoa com precisão e com os componentes emocionais que lhe pertencem, como se fosse essa pessoa, porém sem perder nunca a condição de ‘como se’” (p.210). Para este autor a empatia é considerada como “um processo experiencial com várias fases que envolve uma série de elementos próprios ao *setting* terapêutico” (Sampaio et al., 2009, p. 217). Efetivamente, é equacionada como uma competência que pode ser aprendida para uma maior compreensão da vida privada do outro.

Na área social, mais recentemente, Gerdes e colaboradores (2011) têm sugerido a necessidade de potencializar aos estudantes das áreas sociais oportunidades para aumentarem as suas respostas afetivas e de tomada de perspectiva que lhes permitam uma melhor compreensão dos clientes. Neste sentido alguns autores têm analisado o impacto do treino da empatia (p.e., Erera, 1997; Falcone, 1999). Estes estudos focam-se na componente cognitiva e partem do pressuposto de que os sujeitos podem aprender a reconhecer as emoções do outro e a responder adequadamente.

Capítulo II- Investigação empírica

Neste capítulo, relativo à investigação empírica, procedemos a uma clarificação da questão-problema, dos objetivos e da metodologia do estudo.

2.1. Formulação da questão-problema e dos objetivos

Tendo em conta o referencial teórico desenvolvido no primeiro capítulo desta dissertação, considerámos como questões de partida: (a) Qual o posicionamento dos estudantes da licenciatura em Educação Social face à Violência Sexual? e (b) Que relação existe entre a capacidade empática dos estudantes da licenciatura em Educação Social e as crenças de legitimação da violência sexual? De acordo com as questões traçadas estabelecemos os seguintes objetivos que nortearam esta investigação:

- (1) analisar a prevalência de comportamentos sexualmente abusivos vivenciados (indicadores de vitimização) e perpetrados (indicadores de perpetração) pelos estudantes;
- (2) analisar o grau de legitimação da VS em função do género, da idade, do ano de escolaridade dos estudantes;
- (3) analisar o grau de legitimação da VS em função da perceção dos estudantes enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS;
- (4) analisar a capacidade empática dos estudantes em função do género, da idade e do ano de escolaridade;
- (5) analisar a capacidade empática dos estudantes em função da perceção dos mesmos enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS;
- (6) compreender a relação entre o grau de legitimação da VS e a capacidade empática dos estudantes.

2.2. Metodologia

2.2.1. Tipo de estudo

A fim de dar resposta às questões traçadas optámos pela utilização de uma metodologia de carácter quantitativo já que permite a identificação da relação entre as

variáveis em estudo, bem como a sua descrição a partir de uma análise estatística dos dados (Balvanes & Caputi, 2001; Maroco & Bispo, 2003; Vilelas, 2009). A presente investigação de carácter descritivo e exploratório visa aprofundar o conhecimento sobre as características de uma determinada população ou fenómeno sobre a qual escasseia investigação e identificar as relações entre essas variáveis (Gil, 2001). Trata-se ainda de uma pesquisa de carácter transversal já que possibilita a caracterização e descrição da realidade a investigar assumindo um único momento de recolha de dados e não recorrendo a outra avaliação (Luna, 1998).

Nesta investigação recorreremos a uma amostra não probabilística, intencional ou de conveniência, a qual foi constituída de forma aleatória, não sendo deste modo possível garantir a representatividade, nem a generalização dos resultados obtidos para a população geral (Balvanes & Caputi, 2001; Maroco & Bispo, 2003; Vilelas, 2009). A amostra foi seleccionada atendendo a critérios subjetivos previamente definidos de acordo com os objetivos do estudo e que se explicam de seguida.

2.2.2. População e amostra

Nesta investigação recorreremos ao método de amostragem accidental, por conveniência ou não probabilística mediante o qual cada elemento da população não tem uma probabilidade igual de ser escolhido (Fortin, 2009). Neste sentido a amostra é constituída por estudantes do primeiro ano, do segundo ano e do terceiro ano da licenciatura em Educação Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança.

De um total de 208 alunos, 151 (72,60%) dos estudantes da licenciatura em Educação Social colaboraram na presente investigação. A maioria dos participantes (82,1%; n=124) é do género feminino, com idades de 18 a 21 anos (62,3%; n=94). A grande maioria dos inquiridos é solteira (95,4%; n=144), 6 (4%) são casados ou vivem em união de facto e 1 (0,7%) é divorciado ou separado. Quanto ao ano de escolaridade, as frequências relativas são muito similares com 35,1% (n=53) no primeiro ano, 33,8% (n=51) no segundo ano 31,1% (n=47) no terceiro ano. Verifica-se ainda que a maioria dos estudantes inquiridos são de nacionalidade portuguesa (84,1%; n=127). Estes resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3. Caracterização da amostra quanto às variáveis sociodemográficas (n=151).

		N	%
Género	Masculino	27	17,9
	Feminino	124	82,1
Idade	18 a 21 anos	94	62,3
	22 ou mais anos	57	37,7
Estado Civil	Solteiro	144	95,4
	Casado/União de facto	6	4,0
	Divorciado/Separado	1	0,7
Ano que frequenta	1º ano	53	35,1
	2º ano	51	33,8
	3º ano	47	31,1
Nacionalidade	Portuguesa	127	84,1
	Cabo-verdiana	10	6,6
	São Tomense	5	3,3
	Francesa	4	2,6
	Angolana	1	0,7
	Romena	1	0,7
	Brasileira	3	2,0

2.2.3. Procedimento de recolha de dados e considerações éticas

Num primeiro momento foram contactados, por correio electrónico, os autores da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS; Martins, Machado, Abrunhosa, & Manita, 2012) e do Índice de Reatividade Interpessoal (IRI; Limpo, Alves & Castro, 2010), a fim de obter a respetiva autorização para a sua utilização nesta investigação (respetivamente, anexos 1 e 2). Uma vez obtida a respetiva autorização para a administração dos questionários aos estudantes, contactou-se o Diretor da Escola Superior de Educação de Bragança (anexo 3), informando-se sobre os objetivos deste estudo e assegurando o anonimato dos participantes, bem como a confidencialidade dos dados recolhidos. Após obtenção da autorização foi solicitado, junto de cada participante, o respetivo consentimento informado, salientando-se o carácter voluntário da sua participação.

Os estudantes responderam individualmente aos instrumentos em contexto de sala de aula. O questionário foi disponibilizado *online* utilizando a ferramenta *Google forms* (anexo 4), que permite o envio do questionário para os alunos e a resposta com os dados automaticamente processados em rede, o que facilita o envio do questionário e a resposta por parte dos inquiridos. Trata-se igualmente de uma forma menos custosa e mais rápida de aplicação, assegurando a respostas a todos os itens analisados. Por outro lado, caso os estudantes o desejassem – tal como foi o caso de alguns dos participantes - poderiam responder ao questionário em casa, num contexto mais privado.

2.2.4. Instrumentos de recolha de dados

Para atingir os objetivos propostos foi preparado um questionário composto por quatro grandes partes (anexo 4). De referir ainda que no início do questionário foi solicitado o consentimento informado aos participantes.

A parte I é formada por cinco questões sociodemográficas (como o género, a idade, o estado civil e a nacionalidade) e formativas (como o ano de escolaridade).

Na parte II os participantes foram ainda inquiridos se perpetraram e se foram vítimas de determinados comportamentos violentos do ponto de vista sexual sem consentimento/ contra a vontade da pessoa (beijar/ser beijado; acariciar/ser acariciado; apalpar/ ser apalpado; exposição forçada a genitais/mostrar genitais; relação sexual com o parceiro com medo/ contra a vontade do mesmo; roçar ou encostar/ser roçado ou ser encostado por áreas privadas do corpo – peito, área genital, rabo; forçar/ser forçado a relação sexual – vaginal, anal e/ou oral; masturbar/ser masturbado). Também foi solicitado que indicassem se alguma vez foram vítimas de VS, se já agrediram sexualmente alguém e se têm conhecimento de algum caso em pessoas próximas.

A parte III é constituída pela Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) adaptada para a população portuguesa por Martins, Machado, Abrunhosa e Manita (2012). A ECVS mede o grau de tolerância/aceitação dos participantes quanto ao uso de Violência Sexual (VS). Este instrumento foi construído a partir da Escala de Crenças sobre a Violação (ECV) desenvolvida por Matos e colaboradores (2000) a partir da observação clínica de vítimas de violação, bem como dos violadores e ainda atendendo à revisão da literatura sobre mitos, crenças culturais e estratégias cognitivas de legitimação da VS. A ECVS é composta por 30 itens face aos quais os sujeitos se devem posicionar em termos de grau de concordância/discordância mediante uma escala de Likert com cinco opções de resposta, que variam desde 1 (Discordo Totalmente) a 5 (Concordo Totalmente). A ECVS apresenta cinco fatores (Tabela 4). O fator 1 (“representação estereotipada da violação”) reflete o conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a VS mediante a existência de um passado sexual comum entre a vítima e o agressor, bem como pela ausência de violência física durante a prática do ato sexual. O fator 2 (“provocação da vítima”) mede a noção de que a VS poderá ser justificada mediante certas condutas da vítima, pela presença de um comportamento prévio sexualmente provocatório ou mesmo de um passado promiscuo. O fator 3 (“consentimento da vítima”) integra um conjunto de crenças que legitimam a VS considerando que a vítima consente ou induz a própria relação sexual, desejando-a e sentindo prazer com a mesma. O fator 4

(“falsa noção de invulnerabilidade pessoal”) mede o conjunto de crenças que legitimam ou minimizam a VS mediante a ideia de que os agressores e as vítimas possuem características que os tornam diferentes do resto da população. O fator 5 (“falsas alegações”) refere-se à crença de que a violência pode ser minimizada ou desvalorizada mediante a negação da ocorrência da VS e/ou de interpretações de que as queixas constituem sinais de arrependimento pós-facto ou ato de vingança.

Tabela 4. Dimensões da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS) e respectivos fatores.

Dimensões	Itens
Fator 1 - Representação estereotipada da violação	2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29
Fator 2 - Provocação da vítima	8, 11, 13, 26, 27
Fator 3 - Consentimento da vítima	10, 17, 18, 19
Fator 4 - Falsa noção de invulnerabilidade pessoal	1, 3, 4, 7, 30
Fator 5 - Falsas alegações	5, 12, 14, 20

A pontuação total é obtida mediante o somatório direto das respostas dos 30 itens. É ainda possível o cálculo da pontuação dos cinco fatores que compõem a escala, mediante a soma dos itens que o integram. De salientar ainda que uma maior pontuação total na ECVS indica um maior grau de tolerância/ aceitação do sujeito quanto ao recurso à VS. Esta escala apresenta um elevado grau de consistência interna, sendo o alfa de Cronbach de 0,910 (Martins et al., 2012).

Também no nosso estudo, procedemos a uma análise da consistência interna da escala ECVS (Martins et al., 2012), avaliada recorrendo ao Alfa de Cronbach, tendo este sido aferido para cada fator e globalmente. Tal como se apresenta na Tabela 5, o valor obtido para os 30 itens da escala ECVS foi de 0,910, concedendo-lhe, assim, um nível de consistência interna elevado. Os valores obtidos nos fatores variam entre o fraco (0,690) e o bom (0,848). De notar que o valor do fator 4 é inadmissível por ser inferior a 0,6.

Tabela 5. Consistência interna da escala ECVS.

Fatores	Itens	Alfa de Cronbach
Fator 1 - Representação estereotipada da violação	2, 6, 9, 15, 16, 21, 22, 23, 24, 25, 28, 29	0,848
Fator 2 - Provocação da vítima	8, 11, 13, 26, 27	0,792
Fator 3 - Consentimento da vítima	10, 17, 18, 19	0,711
Fator 4 - Falsa noção de invulnerabilidade pessoal	1, 3, 4, 7, 30	0,458
Fator 5 - Falsas alegações	5, 12, 14, 20	0,690
ECVS	Todos	0,910

O Índice de Reatividade Interpessoal (IRI; Davis, 1983), traduzido e adaptado para a população portuguesa por Limpo, Alves e Castro (2010) constitui a parte IV. Trata-se de uma das principais escalas utilizadas na investigação para avaliar a percepção que os sujeitos têm sobre a sua capacidade empática, desde uma abordagem multidimensional. Este instrumento é constituído por 24 afirmações sobre sentimentos e pensamentos que a pessoa pode, ou não, ter experienciado. É solicitado a cada participante que indique em que medida cada afirmação se aplica a si próprio, mediante uma escala de resposta tipo Likert de 5 pontos, que vão desde o 0 (“Não me descreve bem”) ao 4 (“Descreve-me muito bem”). O IRI está organizado em quatro subescalas, dos quais dois se referem a aspetos cognitivos (tomada de perspetiva e fantasia) e outros dois a aspetos afetivos (desconforto pessoal e preocupação empática) (Tabela 6). Cada subescala inclui cinco itens. As pontuações podem variar de 0 a 24.

A subescala Tomada de Perspetiva (TP) mede a tendência para compreender e adotar os pontos de vista de outra pessoa de forma espontânea, antecipando os seus comportamentos e as suas reações. A subescala Fantasia (F) avalia a propensão da pessoa para identificar-se com personagens fictícias de filmes, romances ou livros e imaginar os seus sentimentos e as suas ações. A subescala Desconforto Pessoal (DP) avalia sentimentos de ansiedade, apreensão e angústia em ambientes interpessoais tensos, especialmente quando testemunha as experiências negativas dos outros. A subescala Preocupação Empática (PE) avalia a capacidade do sujeito para experienciar sentimentos de compaixão e preocupação para com o outro.

Tabela 6. Dimensões do IRI e respetivos itens.

Dimensões	Itens
Tomada de Perspetiva (TP)	2, 7, 9, 17, 21, 24
Fantasia (F)	4, 6, 10, 13, 19, 22
Desconforto Pessoal (DP)	5, 11, 14, 15, 20, 23
Preocupação empática (PE)	1, 3, 8, 12, 16, 18

A cotação do IRI é feita somando os valores por subescala e fazendo a média, sendo que nos itens invertidos (itens 2, 3, 10, 12 e 15) as cotações são invertidas (0 passa a 4, 3 passa a 1, e vice-versa). Uma maior pontuação total global no IRI indica a presença de maiores níveis de empatia. Cabe ainda mencionar que o IRI apresenta um bom índice de consistência interna de alfa de Cronbach nas subescalas TP ($\alpha = 0,74$), F ($\alpha = 0,83$), DP ($\alpha = 0,81$) e PE ($\alpha = 0,77$) (Limpo et al., 2010).

Neste estudo procedemos ainda a uma análise da consistência interna do IRI. Tal como se apresenta na Tabela 7, o alfa de Cronbach para os 24 itens da escala IRI assume o valor de $\alpha = 0,711$, considerado apropriado. Os valores obtidos nas dimensões variam entre 0,450 e 0,698. Na TP e na PE os valores são considerados fracos (0,6 – 0,7). Nas outras duas dimensões (F e DP) os valores são inferiores a 0,6 sendo, portanto, inadmissíveis.

Tabela 7. Consistência interna da escala IRI.

Dimensões	Itens	Alfa de Cronbach
Tomada de Perspetiva (TP)	2, 7, 9, 17, 21, 24	0,698
Fantasia (F)	4, 6, 10, 13, 19, 22	0,513
Desconforto pessoal (DP)	5, 11, 14, 15, 20, 23	0,450
Preocupação empática (PE)	1, 3, 8, 12, 16, 18	0,620
IRI	Todos	0,711

2.2.5. Análise e tratamento dos dados

A análise estatística de dados foi realizada com apoio do programa IBM SPSS Statistics, versão 24. Para tal num primeiro momento procedemos à criação de uma base de dados transformando os itens do questionário em variáveis. A caracterização da amostra foi feita recorrendo a tabelas de frequências absolutas e relativas, e a gráficos de barras de forma a visualizar mais rapidamente as respostas dadas pelos participantes do estudo.

A consistência interna das escalas ECVS e IRI foi avaliada com recurso ao alfa de Cronbach. Para cada uma destas escalas elaborou-se um gráfico de linhas com o valor médio das respostas em cada item. Estes gráficos permitem-nos ter a noção das respostas dadas pelos estudantes em cada item. Cada uma das escalas deste estudo contemplavam vários fatores que foram operacionalizados de acordo com os estudos de validação das mesmas. Após uma análise descritiva dos fatores das escalas em termos de variação, média e desvio padrão, procedemos a comparações atendendo ao género, faixa etária e ano de escolaridade e ainda em função do número de indicadores de vítima e agressor, bem como o ter sido vítima de VS ou conhecer vítimas de VS.

Os testes estatísticos usados foram não paramétricos: Mann-Whitney (2 grupos independentes) ou Kruskal-Wallis (3 ou mais grupos independentes). O nível de significância adotado foi 5%, pelo que valores de prova inferiores a 5% permitem-nos concluir que há diferenças estatisticamente significativas nos grupos comparados. Recorreu-se igualmente ao Teste de Qui-Quadrado. Calcularam-se ainda as correlações não paramétricas de Spearmann entre os vários fatores das escalas e as pontuações globais das mesmas.

Capítulo III- Apresentação, análise e discussão dos resultados

Neste capítulo apresentamos e discutimos os principais resultados obtidos tendo por base os princípios teóricos que sustentam a investigação.

3.1. Apresentação dos resultados

Para uma melhor estruturação dos resultados obtidos, em seguida os mesmos serão apresentados em função dos objetivos que foram inicialmente estipulados.

Assim, o **objetivo 1** pretendeu analisar a prevalência de comportamentos sexualmente abusivos vivenciados (indicadores de vitimização) e perpetrados (indicadores de perpetração) pelos estudantes. Na Tabela 8 apresentamos as frequências absolutas e relativas em vários indicadores de VS vividos ou perpetrados. Na Figura 2 indicamos as percentagens de participantes que assinalaram ter vivido ou ter cometido alguma forma de VS, de forma a ser mais fácil a sua interpretação.

Verifica-se que há claramente uma maior percentagem de estudantes que já foi vítima de alguma forma de VS comparativamente com a situação de agressor.

Os comportamentos de vitimização mais comumente reportados são o ser vítima de toques sexuais indesejados mediante apalpadelas (33,8%; n=51), roços/encostos de áreas privadas do corpo (21,2%; n=32), a exposição dos genitais de outra pessoa (17,2%; n=16) e o ser acariciado(a) sexualmente (6,6%; n=25) sem o consentimento ou contra a vontade da pessoa.

O principal comportamento de quem já foi agressor foi o apalpar outra pessoa sem o consentimento ou contra a vontade dessa pessoa, aspeto mencionado por 6% (n=9) dos estudantes. Todos os outros indicadores de perpetração de VS apresentam percentagens de 4% ou menos.

Tabela 8. Frequências absolutas e relativas nos indicadores de vitimização e perpetração de VS na amostra global.

	Não	Sim
Foi beijado(a) de uma forma sexual sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	139 (92,1%)	12 (7,9%)
Beijou de uma forma sexual outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	147 (97,4%)	4 (2,6%)
Foi acariciado(a) sexualmente sem o seu consentimento/contra a sua vontade	126 (83,4%)	25 (16,6%)
Acariciou sexualmente outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	149 (98,7%)	2 (1,3%)
Foi apalpado(a) sexualmente sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	100 (66,2%)	51 (33,8%)
Apalpou sexualmente outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	142 (94,0%)	9 (6,0%)
Alguém lhe mostrou os genitais sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	125 (82,8%)	26 (17,2%)
Mostrou os seus genitais a outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	145 (96,0%)	6 (4,0%)
Teve alguma relação sexual porque estava com medo do que o seu/ a sua parceiro(a) poderia fazer.	143 (94,7%)	8 (5,3%)
Teve alguma relação sexual com o seu/ a sua parceiro(a) sem o consentimento/contra a vontade do(a) mesmo(a).	148 (98,0%)	3 (2,0%)
Alguém roçou/encostou áreas privadas do corpo (peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	119 (78,8%)	32 (21,2%)
Roçou/encostou áreas privadas do corpo (peito, área genital, rabo) sem o consentimento/contra a vontade de outra pessoa.	147 (97,4%)	4 (2,6%)
Foi forçado(a) a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	145 (96,0%)	6 (4,0%)
Forçou alguém a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o consentimento/contra a vontade dessa pessoa.	150 (99,3%)	1 (0,7%)
Masturbou alguém ou foi envolvido(a) na masturbação de alguém sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	147 (97,4%)	4 (2,6%)
Forçou alguém a masturbar-se ou a envolver-se na masturbação de alguém sem o consentimento/contra a vontade dessa pessoa.	150 (99,3%)	1 (0,7%)

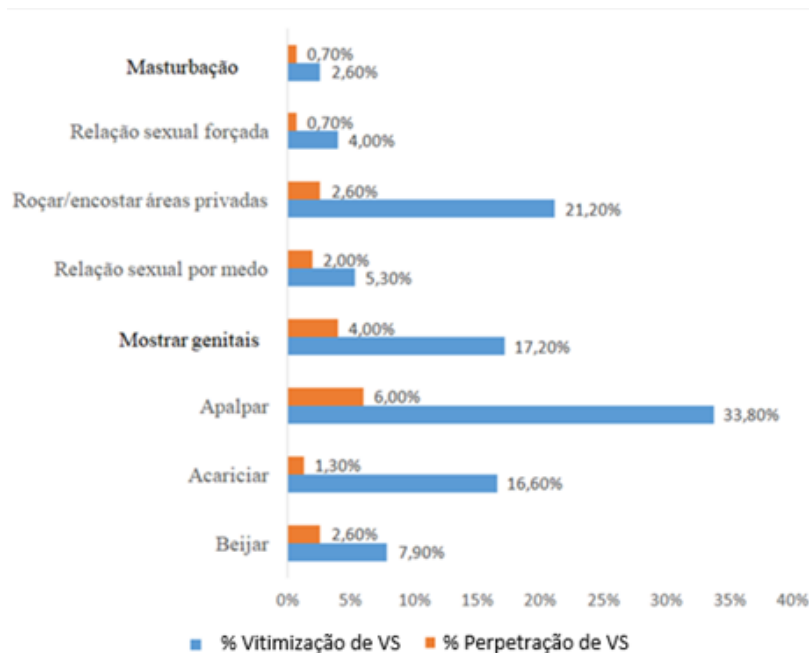


Figura 2. Percentagem de indicadores de vitimização e perpetração de VS.

Na Tabela 9 expomos as frequências absolutas e relativas em vários indicadores de VS vividos ou perpetrados atendendo ao género dos participantes. Apesar da maior percentagem de indicadores de vitimização no género masculino comparativamente com o género feminino - exceto nos indicadores “Teve alguma relação sexual porque estava com medo do que o seu parceiro poderia fazer” e “Foi forçado(a) a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o seu consentimento/contra a sua vontade”-, não é possível testar estatisticamente a associação entre as variáveis em questão já que não cumprem com os requisitos necessários. Deste modo, apenas foi possível, através do Teste de Qui-Quadrado, analisar a associação entre o género dos participantes e os indicadores “Foi apalrado(a) sexualmente sem o seu consentimento/contra a sua vontade” e “Alguém roçou/encostou áreas”, verificando-se que o género e os indicadores em questão não estão associados de forma estatisticamente significativa ($p > 0,05$).

De salientar ainda que os dados obtidos indicam a existência de uma maior percentagem de indicadores de perpetração no género masculino, exceto no indicador referente a “Forçou alguém a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o consentimento/contra a vontade dessa pessoa.” (Tabela 9). Contudo, uma vez que não foram cumpridos os requisitos para utilizar o Teste de Qui-Quadrado não foi possível testar estatisticamente a associação entre as variáveis género e os indicadores de perpetração de VS.

Tabela 9. Frequências absolutas e relativas nos indicadores de vitimização e perpetração de VS, atendendo ao género dos participantes.

	Género Masculino		Género Feminino	
	Não	Sim	Não	Sim
Foi beijado(a) de uma forma sexual sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	24 (88,99%)	3 (11,1%)	115 (92,7%)	9 (7,3%)
Beijou de uma forma sexual outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	121 (97,6%)	3 (2,4%)
Foi acariciado(a) sexualmente sem o seu consentimento/contra a sua vontade	19 (70,4%)	8 (29,6%)	107 (86,3%)	17 (13,7%)
Acariciou sexualmente outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	123 (99,2%)	1 (0,8%)
Foi apalpado(a) sexualmente sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	16 (59,3%)	11 (40,7%)	84 (67,7%)	40 (32,3%)
Apalpou sexualmente outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	20 (74,1%)	7 (25,9%)	122 (98,4%)	2 (1,6%)
Alguém lhe mostrou os genitais sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	21 (77,8%)	6 (22,2%)	104 (83,9%)	20 (16,1%)
Mostrou os seus genitais a outra pessoa sem o seu consentimento/contra a vontade da mesma.	23 (85,2%)	4 (14,8%)	122 (98,4%)	2 (1,6%)
Teve alguma relação sexual porque estava com medo do que o seu/ a sua parceiro(a) poderia fazer.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	117 (94,4%)	7 (5,6%)
Teve alguma relação sexual com o seu/ a sua parceiro(a) sem o consentimento/contra a vontade do(a) mesmo(a).	26 (96,3%)	1 (3,7%)	122 (98,4%)	2 (1,6%)
Alguém roçou/encostou áreas privadas do corpo (peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	20 (74,1%)	7 (25,9%)	99 (79,8%)	25 (20,2%)
Roçou/encostou áreas privadas do corpo (peito, área genital, rabo) sem o consentimento/contra a vontade de outra pessoa.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	121 (97,6%)	3 (2,4%)
Foi forçado(a) a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	119 (96,0%)	5 (4,0%)
Forçou alguém a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o consentimento/contra a vontade dessa pessoa.	27 (100%)	0	123 (99,2%)	1 (0,8%)
Masturbou alguém ou foi envolvido(a) na masturbação de alguém sem o seu consentimento/contra a sua vontade.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	121 (97,6%)	3 (2,4%)
Forçou alguém a masturbar-se ou a envolver-se na masturbação de alguém sem o consentimento/contra a vontade dessa pessoa.	26 (96,3%)	1 (3,7%)	124 (100%)	0

Foi ainda contabilizado, por estudante, o número de indicadores de vitimização e de perpetração de VS, cujos resultados são apresentados nas Figuras 3 e 4. Quanto aos indicadores de vitimização de VS (Figura 3) observa-se que 53% dos inquiridos respondeu “não” em todos os indicadores de VS, sendo que os restantes 47% responderam

afirmativamente a pelo menos um dos oito indicadores. O mais frequente é responder afirmativamente a um ou dois dos indicadores, no entanto houve uma aluna (0,7%) que respondeu afirmativamente a todos os indicadores.

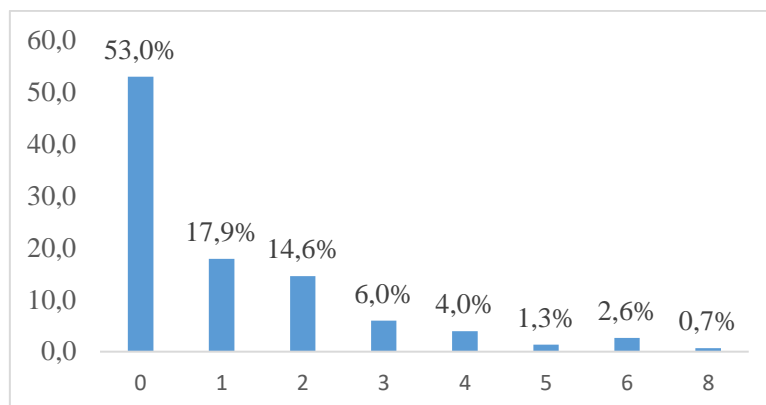


Figura 3. Número de indicadores de vitimização de VS.

Tal como se apresenta na Figura 4, quanto à perpetração de alguma forma de VS 90,1% (n=136) dos inquiridos responderam negativamente a todos os indicadores. Tal significa que apenas 9,9% (n=15) dos participantes da nossa amostra assinalou ter cometido um ou mais comportamentos sexualmente violentos contra a vontade ou contra o consentimento de outra pessoa. Nos restantes indicadores 5,3% respondeu afirmativamente a um dos indicadores; 2,6% respondeu afirmativamente em dois indicadores; 1,3% respondeu afirmativamente em três indicadores e houve um aluno que mencionou os oito.

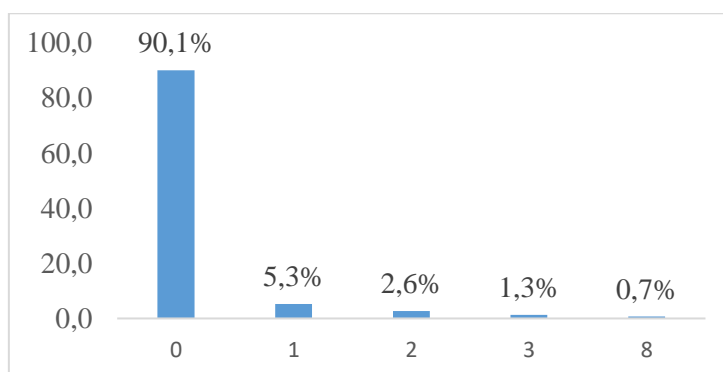


Figura 4. Número de indicadores de perpetração de VS.

Na Tabela 10 apresentamos a frequência absoluta e relativa de vítimas e agressores e de vítimas de VS conhecidas, atendendo à percepção dos inquiridos.

Dos 151 inquiridos apenas 6,6% (n=10) considera ter sido vítima de VS, sendo todos do género feminino. Nenhum dos participantes do género masculino se identificou como vítima.

Apenas 1 (0,7%) dos participantes considera ter sido agredido sexualmente outra pessoa, sendo este do género masculino.

De um total de 151 participantes, 25,8% (n=39) afirmam conhecer alguém que já foi vítima de VS. A grande maioria dos estudantes inquiridos não tem, portanto, conhecimento de algum caso de VS próximo de si (74,2%; n= 112).

Tabela 10. Perceção dos estudantes enquanto vítimas/ agressores de VS e familiaridade com uma vítima de VS.

	Não	Sim
Alguma vez foi vítima de VS	141 (93,4%)	10 (6,6%)
Alguma vez agrediu sexualmente outra pessoa	150 (99,3%)	1 (0,7%)
Conhece algum caso de VS em pessoas próximas de si	112 (74,2%)	39 (25,8%)

O **objetivo 2** pretendeu analisar o grau de legitimação da VS em função do género, da idade, do ano de escolaridade dos estudantes.

Na Figura 5 apresentamos para cada item da escala ECVS o valor médio, o que nos permite comparar mais facilmente quais os itens com maior tolerância/aceitação dos inquiridos quanto ao recurso à VS. Como as respostas de cada item são dadas numa escala tipo Likert de 5 pontos (1 a 5), o valor médio teórico é 3, e na amostra em estudo todos os itens apresentam média inferior a esse valor. Assim, e de uma maneira geral, os estudantes inquiridos revelam uma baixa tolerância/aceitação do recurso à VS. A maioria dos 30 itens apresenta valor médios abaixo de 2 o que vai de encontro ao exposto.

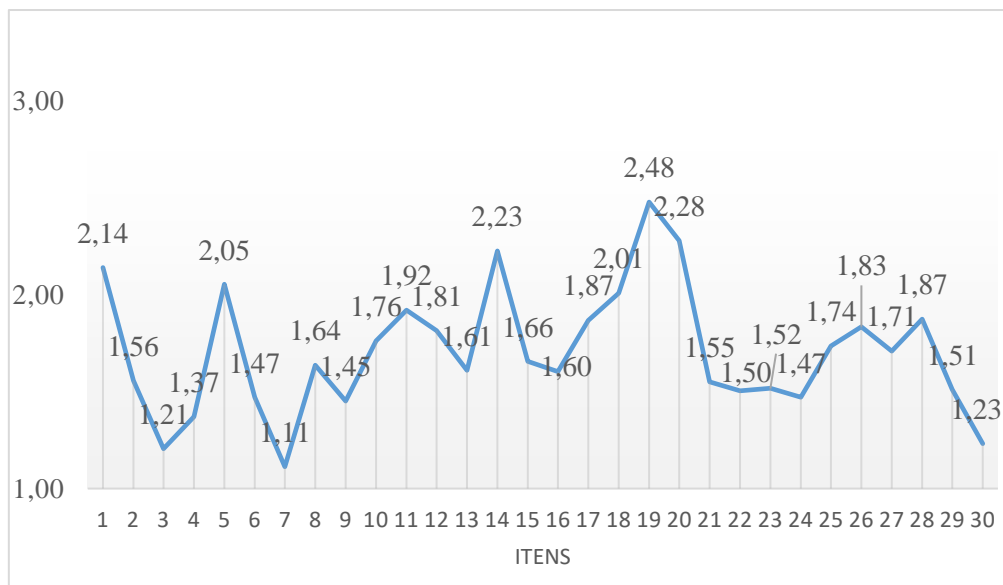


Figura 5. Valores médios por item da escala ECVS.

Quanto aos cinco fatores que constituem a escala, apresentamos na Tabela 11 a variação teórica e observada, assim como a média teórica e observada. Como os fatores são operacionalizados através da soma dos itens que os constituem a comparação entre a média teórica e a observada é a forma mais adequada de avaliar a tolerância/aceitação da VS. Em todos os fatores a média observada é inferior à média teórica de cada escala, assim como o valor global de escala ECVS.

Tabela 11. Mínimo, máximo, média e desvio padrão para cada fator e escala ECVS teóricos e observados.

		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Escala ECVS
Teórico	Mínimo	12	5	4	5	4	30
	Máximo	60	25	20	25	20	150
	Média	36	15	12	15	12	90
Observado	Mínimo	12	5	4	5	4	30
	Máximo	38	20	18	14	16	97
	Média	18,89	8,71	8,11	7,06	8,37	51,15
	Desvio padrão	6,23	3,76	3,10	1,75	2,71	14,05

Legenda: Fator 1 – Representação estereotipada da violação; Fator 2 – Provocação da Vítima; Fator 3 – Consentimento da vítima; Fator 4 – Falsa noção de invulnerabilidade pessoal; Fator 5 – Falsas alegações; ECVS – Tolerância/aceitação da VS.

Na tabela 12 apresentamos os valores médios e desvios padrão em cada fator da escala ECVS por género, faixa etária e ano de escolaridade. Apresentamos também os

valores de prova obtidos no teste de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis de forma a aferir se existem diferenças estatisticamente significativas entre os grupos.

Tabela 12. Comparação da legitimação da VS atendendo ao género, à idade e ao ano de escolaridade.

		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	Escala ECVS
Género	Masculino	19,85	10,07	8,93	7,78	8,93	55,56
		(7,4)	(3,8)	(3,4)	(2,2)	(2,7)	(15,5)
	Feminino	18,69	8,41	7,94	6,9	8,25	50,19
		(6,0)	(3,71)	(3,0)	(1,6)	(2,7)	(13,6)
Vp		0,567	0,022*	0,173	0,034*	0,324	0,123
Idade	18 a 21 anos	17,43	8,05	7,81	6,76	8,09	48,13
		(5,3)	(3,5)	(3,1)	(1,4)	(2,6)	(12,3)
	22 ou mais anos	21,32	9,79	8,61	7,56	8,84	56,12
		(7,0)	(3,9)	(3,1)	(2,1)	(2,9)	(15,4)
Vp		<0,001**	0,003**	0,106	0,034*	0,142	0,002**
Ano de escolaridade	1	19,70	9,64	8,32	7,17	8,85	53,68
		(6,1)	(3,9)	(3,3)	(1,6)	(2,5)	(13,4)
	2	17,16	7,61	7,53	6,82	7,86	46,98
		(5,2)	(3,5)	(2,5)	(1,5)	(2,7)	(12,9)
	3	19,87	8,85	8,51	7,19	8,38	52,81
	(7,0)	(3,6)	(3,4)	(2,1)	(2,9)	(15,2)	
Vp		0,033*	0,007**	0,371	0,519	0,177	0,037*

Legenda: Fator 1 – Representação estereotipada da violação; Fator 2 – Provocação da Vítima; Fator 3 – Consentimento da vítima; Fator 4 – Falsa noção de invulnerabilidade pessoal; Fator 5 – Falsas alegações; ECVS – Tolerância/aceitação da VS; vp – Valor de prova; * - Significativo a 5%; ** - Significativo a 1%.

Quanto ao género, verifica-se que os estudantes do género feminino são menos tolerantes e aceitam menos a VS, registando-se diferenças estatisticamente no fator 2 (“provocação da vítima”) e no fator 4 (“falsa noção de invulnerabilidade pessoal”), pois os valores de prova obtidos no teste Mann-Whitney são inferiores a 5%.

Relativamente à idade, existem diferenças estatisticamente significativas, tendo-se obtido valores de prova inferiores a 5% (e alguns inferiores a 1%). Os estudantes de 18 a 21 anos, comparativamente com os estudantes de 22 ou mais anos, apresentam valores médios mais baixos no fator 1 (“representação estereotipada da violação”), no

fator 2 (“provocação da vítima”), no fator 4 (“falsa noção de invulnerabilidade pessoal”) e ainda no nível global de legitimação (mensurado pela pontuação global na ECVS).

Quanto ao ano de escolaridade, obtiveram-se diferenças estatisticamente significativas (valores de prova inferiores a 5% no teste de Kruskal-Wallis) nos fatores 1 (“representação estereotipada da violação”) e 2 (“provocação da vítima”), e no nível global de legitimação, sendo os estudantes do 2º ano os que apresentam valores médios mais baixos.

O **objetivo 3** pretendeu analisar grau de legitimação da VS em função da perceção dos estudantes enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS.

Na tabela 13 apresentamos os valores médios e desvios padrão de cada fator da escala ECVS e ECVS global quanto ao já ter sido vítima de VS e conhecer vítimas de VS. Indicamos ainda os valores de prova obtidos no teste Mann-Whitney. Quanto ao identificar-se com a condição de agressor de VS não foi possível proceder a qualquer teste já que apenas um dos estudantes se classificou como tal.

A análise da tolerância/aceitação da VS atendendo ao ter sido vítima de VS revelou a existência de diferenças estatisticamente significativas apenas em relação ao fator 1 (“representação estereotipada da violação”), pois foi o único valor de prova inferior a 5%.

De salientar ainda que a análise da legitimação da VS atendendo ao facto dos estudantes conhecerem alguma vítima de VS revelou a existência de diferenças estatisticamente significativas no fator 1 (“representação estereotipada da violação”) e na ECVS global, pois os valores de prova obtidos no teste Mann-Whitney foram inferiores a 5%.

Tabela 13. Comparação da legitimação da VS atendendo ao ter sido vítima de VS e conhecer vítimas de VS.

		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	ECVS
Vítima de VS	Não	19,11	8,84	8,13	7,09	8,43	51,60
	(n=141)	(6,2)	(3,8)	(3,2)	(1,8)	(2,7)	(14,1)
	Sim	15,80	6,90	7,80	6,70	7,50	44,70
	(n=10)	(6,0)	(3,3)	(2,2)	(1,5)	(2,4)	(11,7)
Vp		0,041*	0,064	0,886	0,561	0,304	0,106
Vítimas conhecidas	Não	18,27	8,42	7,89	7,04	8,29	49,90
	(n=112)	(6,2)	(3,7)	(3,1)	(1,8)	(2,7)	(13,9)
	Sim	20,69	9,54	8,74	7,13	8,62	54,72
	(n=39)	(6,1)	(4,0)	(3,1)	(1,7)	(2,8)	(14,1)
Vp		0,019*	0,101	0,112	0,806	0,502	0,036*

Legenda: Fator 1 – Representação estereotipada da violação; Fator 2 – Provocação da Vítima; Fator 3 – Consentimento da vítima; Fator 4 – Falsa noção de invulnerabilidade pessoal; Fator 5 – Falsas alegações; ECVS – Tolerância/aceitação da VS; vp – Valor de prova; * - Significativo a 5%.

Na tabela 14 apresentamos a comparação da tolerância/aceitação da VS atendendo ao número de indicadores de vitimização de VS (operacionalizada em três grupos: nenhum indicador, um, dois, três ou mais indicadores) e de perpetração de VS (operacionalizada em dois grupos: nenhum indicador e um ou mais indicadores).

A análise dos indicadores de vitimização de VS revela que todos os valores de prova obtidos nos testes Kruskal-Wallis efetuados foram superiores a 5%, pelo que as diferenças entre os grupos não são estatisticamente significativas.

Por sua vez, a análise dos indicadores de perpetração de VS revela que todos os estudantes com um ou mais indicadores são os que apresentam maiores valores médios nos vários fatores (à exceção do fator 5-“falsas alegações”). Também se obtiveram diferenças estatisticamente significativas na pontuação ECVS global, pois os valores de prova obtidos nos testes de Mann-Whitney foram inferiores a 1%.

Tabela 14. Comparação da legitimação da VS atendendo ao número de indicadores de vitimização de VS e de perpetração de VS.

		Fator 1	Fator 2	Fator 3	Fator 4	Fator 5	ECVS
Indicadores de vitimização de VS	Nenhum (n=80)	19,50 (6,2)	9,00 (3,8)	8,00 (3,1)	7,13 (1,8)	8,48 (2,9)	52,10 (14,6)
	Um (n=27)	17,00 (5,2)	7,74 (3,3)	7,59 (2,9)	6,78 (1,4)	8,15 (2,7)	47,26 (10,5)
	Dois (n=22)	19,59 (6,8)	9,36 (4,3)	8,27 (3,3)	7,05 (2,3)	8,36 (2,6)	52,64 (16,8)
	Três ou mais (n=22)	18,32 (6,7)	8,18 (3,5)	9,00 (3,4)	7,18 (1,5)	8,27 (2,3)	50,95 (12,8)
	Vp	0,300	0,410	0,530	0,762	0,961	0,497
Indicadores de perpetração de VS	Nenhum (n=136)	18,57 (6,2)	8,43 (3,7)	7,84 (2,9)	6,98 (1,8)	8,33 (2,7)	50,15 (14,0)
	Um ou mais (n= 15)	21,80 (6,2)	11,20 (3,5)	10,60 (3,8)	7,80 (1,6)	8,73 (2,3)	60,13 (11,4)
	Vp	0,036*	0,004**	0,007**	0,035*	0,612	0,005**

Legenda: Fator 1 – Representação estereotipada da violação; Fator 2 – Provocação da Vítima; Fator 3 – Consentimento da vítima; Fator 4 – Falsa noção de invulnerabilidade pessoal; Fator 5 – Falsas alegações; ECVS – Tolerância/aceitação da VS; vp – Valor de prova; * - Significativo a 5%; ** - Significativo a 1%.

O **objetivo 4** pretendeu analisar a capacidade empática dos estudantes, em função do género, da idade e do ano de escolaridade.

Na Figura 6 apresentamos para cada item da escala IRI o valor médio, o que nos permite comparar mais facilmente quais os itens com maior nível de empatia. Como as respostas de cada item são dadas numa escala tipo Likert de 5 pontos (0 a 4), o valor médio teórico é 2, e na amostra em estudo apenas cinco itens (6, 13, 15, 20 e 25) apresentam valor médio inferior a dois, sendo, portanto, nestes itens que os níveis de empatia são mais baixos. Contabilizaram-se ainda dois itens (itens 8 e 9) com valor médio superior a 3 o que traduz um elevado nível de empatia. Nos restantes itens a média observada situa-se entre 2 e 3.

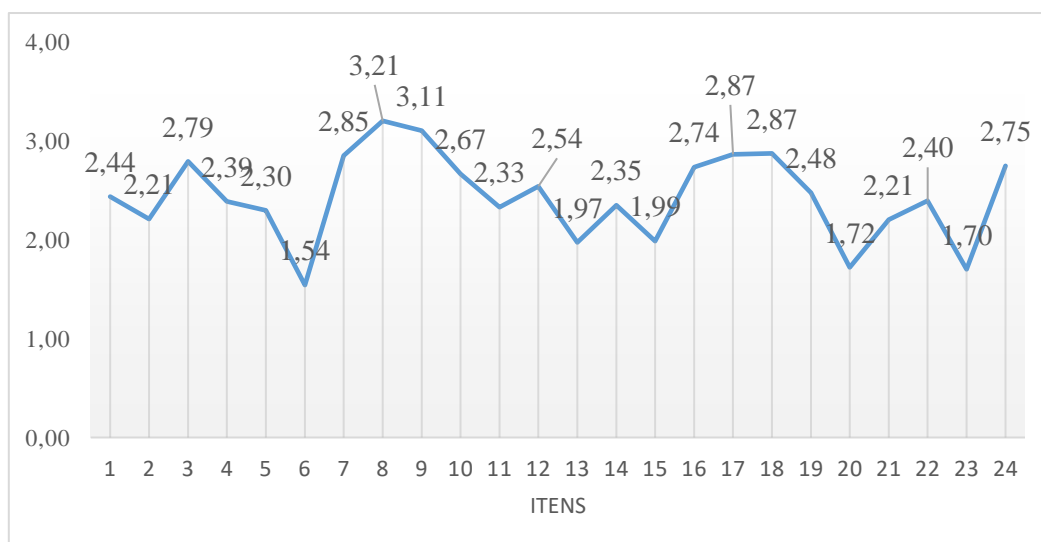


Figura 6. Valores médios por item da escala IRI.

Cada fator foi operacionalizado através da média dos itens que os constituem, pelo que o valor mínimo observado foi em todas as dimensões 1, bem como na pontuação global. O valor máximo observado na pontuação global foi 3. Os valores médios de cada dimensão variam entre 2,15 e 2,87 situando-se, portanto acima do valor médio teórico 2, e como tal os níveis de empatia são relativamente elevados. Globalmente, o valor médio foi de 2,44. Estes resultados são apresentados na Tabela 15.

Tabela 15. Mínimo, máximo, média e desvio padrão por fatores e global da escala IRI.

	TP	F	DP	PE	Escala IRI
Mínimo	1	1	1	1	1
Máximo	4	4	4	4	3
Média	2,80	2,31	2,15	2,87	2,44
Desvio padrão	0,65	0,68	0,57	0,74	0,52

Legenda: TP – Tomada de Perspetiva; F – Fantasia; DP – Desconforto pessoal; PE – Preocupação empática

Na tabela 16 apresentamos os valores médios e respetivos desvios padrão de cada dimensão e IRI global, por género, faixa etária e ano de escolaridade.

Observa-se que o nível de empatia é mais elevado nos estudantes do género feminino, tendo-se registado diferenças estatisticamente significativas na dimensão “preocupação empática” e na medida global de empatia pois os valores de prova obtidos no teste Mann-Whitney são, respetivamente, inferiores a 5% e a 1%.

Quanto à empatia atendendo à faixa etária, obtivemos apenas uma diferença estatisticamente significativa, a saber, na dimensão “fantasia”, sendo mais elevada nos estudantes mais jovens (de 18 a 21 anos).

Relativamente ao ano de escolaridade não se obtiveram diferenças estatisticamente significativa, pois todos os valores de prova do teste Kruskal-Wallis são superiores a 5%.

Tabela 16. Comparação da empatia por género, faixa etária e ano de escolaridade.

		TP	F	DP	PE	IRI
Género	Masculino	2,70 (0,7)	2,11 (0,6)	1,96 (0,4)	2,37 (0,6)	2,22 (0,4)
	Feminino	2,82 (0,7)	2,35 (0,7)	2,19 (0,6)	2,98 (0,7)	2,48 (0,5)
	Vp	0,342	0,093	0,051	<0,001**	0,013*
Idade	18 a 21 anos	2,79 (0,6)	2,41 (0,7)	2,20 (0,6)	2,91 (0,7)	2,49 (0,5)
	22 ou mais anos	2,82 (0,7)	2,14 (0,6)	2,07 (0,6)	2,79 (0,7)	2,35 (0,5)
	Vp	0,664	0,014*	0,125	0,248	0,084
Ano de escolaridade	1	2,79 (0,7)	2,34 (0,7)	2,21 (0,6)	2,89 (0,8)	2,43 (0,6)
	2	2,78 (0,6)	2,41 (0,7)	2,20 (0,5)	2,88 (0,7)	2,51 (0,5)
	3	2,83 (0,7)	2,17 (0,6)	2,04 (0,6)	2,83 (0,7)	2,36 (0,5)
	Vp	0,960	0,206	0,201	0,814	0,353

Legenda: TP – Tomada de Perspetiva; F – Fantasia; DP – Desconforto pessoal; PE – Preocupação empática; IRI – Empatia global.; vp-valor de prova; * - Significativo a 5%; ** - Significativo a 1%.

O **objetivo 5** pretendeu analisar a capacidade empática dos estudantes em função da perceção dos mesmos enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/ perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS.

Na Tabela 17 apresentamos os níveis de empatia médios registados em cada dimensão da escala IRI e globalmente atendendo ao fator de ter sido vítima de VS ou conhecer alguma vítima de VS. Apenas existiram diferenças estatisticamente significativas na dimensão “preocupação empática” e no valor global da IRI, sendo os níveis médios de empatia mais elevados nos estudantes que vivenciaram alguma forma de VS. Não existiram diferenças estatisticamente significativa (todos os valores de prova são superiores a 5%) ao analisar-se os níveis de empatia globais e nas dimensões consideradas em função do conhecimento de vítimas de VS próximas dos estudantes.

Tabela 17. Comparação da empatia atendendo ao ter sido vítima de VS e à familiaridade com uma vítima de VS.

		TP	F	DP	PE	IRI
Vítima de VS	Não (n=141)	2,78 (0,6)	2,30 (0,7)	2,16 (0,6)	2,83 (0,7)	2,41 (0,5)
	Sim (n=10)	3,10 (0,7)	2,50 (0,7)	2,10 (0,7)	3,40 (0,5)	2,80 (0,4)
	Vp	0,158	0,532	0,850	0,016*	0,022*
Vítimas conhecidas	Não (n=112)	2,80 (0,6)	2,32 (0,6)	2,17 (0,6)	2,87 (0,7)	2,41 (0,5)
	Sim (n=39)	2,79 (0,8)	2,28 (0,8)	2,10 (0,6)	2,87 (0,7)	2,51 (0,5)
	Vp	0,943	0,645	0,428	0,876	0,320

Legenda: TP – Tomada de Perspetiva; F – Fantasia; DP – Desconforto pessoal; PE – Preocupação empática; IRI – Empatia global; vp- valor de prova; * - Significativo a 5%.

Na Tabela 18 apresentamos os níveis médios de empatia em cada dimensão da escala IRI e a sua pontuação global, atendendo ao número de indicadores de vitimização e de perpetração de VS, bem como os valores de prova dos testes Kruskal-Wallis e Mann-Whitney realizados. Nenhum dos valores de prova obtidos é inferior a 5% pelo que nenhuma das diferenças é estatisticamente significativa.

Tabela 18. Comparação da empatia atendendo aos indicadores de vitimização e de perpetração de VS.

		TP	F	DP	PE	IRI
Indicadores de vitimização de VS	Nenhum (n=80)	2,75 (0,6)	2,26 (0,6)	2,09 (0,5)	2,86 (0,7)	2,38 (0,5)
	Um (n=27)	2,89 (0,6)	2,22 (0,6)	2,22 (0,5)	2,96 (0,8)	2,44 (0,5)
	Dois (n=22)	2,77 (0,7)	2,55 (0,8)	2,27 (0,6)	2,59 (0,7)	2,45 (0,5)
	Três ou mais (n=22)	2,91 (0,8)	2,36 (0,7)	2,18 (0,7)	3,05 (0,7)	2,64 (0,5)
	Vp	0,692	0,373	0,457	0,173	0,243
Indicadores de perpetração de VS	Nenhum (n=136)	2,80 (0,7)	2,31 (0,7)	2,13 (0,6)	2,90 (0,7)	2,45 (0,5)
	Um ou mais (n=15)	2,80 (0,7)	2,33 (0,6)	2,33 (0,5)	2,53 (0,7)	2,33 (0,5)
	Vp	0,961	0,874	0,189	0,071	0,380

Legenda: TP – Tomada de Perspetiva; F – Fantasia; DP – Desconforto pessoal; PE – Preocupação empática; IRI – Empatia global; vp- valor de prova.

O **objetivo 6** pretendeu compreender a relação entre o grau de tolerância/legitimação da VS e a capacidade empática dos estudantes.

Na Tabela 19 apresentamos ainda as correlações não paramétricas entre as dimensões das duas escalas (ECVS e IRI) e as respetivas pontuações globais. Todas as correlações obtidas são negativas e apenas algumas são estatisticamente significativas, mas, os coeficientes correlação são fracos a muito fracos pois variam entre -0,4 e -0,1. O fator 1 (“representação estereotipada da violação”) está significativamente correlacionado com a “fantasia”, a “preocupação empática” e a empatia global. O fator 2 (“provocação da vítima”) está correlacionado de forma significativa com a “preocupação empática” e a empatia global. O fator 3 (“consentimento da vítima”) está correlacionado de forma significativa com a “preocupação empática”. O fator 4 (“falsa noção de invulnerabilidade”) está correlacionado de forma significativa com a “fantasia”. O fator 5 (“falsas alegações”) está correlacionado de forma significativa com a “preocupação empática” e a empatia global. A pontuação global na escala ECVS está significativamente correlacionada com a “preocupação empática” e a empatia global. Todas as correlações significativas são no sentido negativo e como tal a maiores valores de empatia estão associados menores níveis na tolerância/aceitação da VS.

Tabela 19. Correlações não paramétricas entre as dimensões das duas escalas e respetivas pontuações globais

	TP	F	DP	PE	IRI
Fator 1	- 0,151	-0,176*	-0,064	-0,185*	- 0,213**
Fator 2	-0,125	-0,144	-0,099	-0,197*	-0,280**
Fator 3	-0,065	-0,030	-0,149	-0,170*	-0,158
Fator 4	-0,131	-0,179*	-0,008	-0,076	-0,097
Fator 5	-0,106	0,077	-0,080	-0,168*	-0,204*
ECVS	-0,155	-0,110	-0,105	-0,209**	-0,251**

Legenda: Fator 1 – Representação estereotipada da violação; Fator 2 – Provocação da Vítima; Fator 3 – Consentimento da vítima, Fator 4 – Falsa noção de invulnerabilidade pessoal; Fator 5 – Falsas alegações; ECVS – Tolerância/aceitação da VS. TP – Tomada de Perspetiva; F – Fantasia; DP – Desconforto pessoal; PE – Preocupação empática; IRI – Empatia global; vp- valor de prova; * - Significativo a 5%; ** - Significativo a 1%.

3.2. Discussão dos resultados obtidos

Os principais resultados serão agora discutidos tendo em conta a revisão da literatura efetuada e os objetivos definidos.

Objetivo 1 – Analisar a prevalência de comportamentos sexualmente abusivos vivenciados (indicadores de vitimização) e perpetrados (indicadores de perpetração) pelos estudantes.

Os dados obtidos revelam uma maior percentagem de indicadores de vitimização do que de perpetração. Verifica-se ainda que na amostra há participantes que foram classificados como vítimas/agressores e que vivenciaram/perpetraram mais do que uma experiência sexualmente abusiva. De facto, 47% dos participantes já vivenciaram um ou mais indicadores de VS, e 9,9% já perpetraram algum ato sexualmente abusivo contra a vontade ou sem o consentimento de outra pessoa. Não obstante, apenas 6,6% dos estudantes considera ter sido vítima e 0,7% agressor de alguma forma de VS. Cabe ainda ressaltar que nenhum elemento do género masculino e do género feminino se considerou, respetivamente, vítima e agressor, apesar da existência de indicadores de vitimização e de perpetração de VS. A perceção dos estudantes como agressores e a análise do número de indicadores de VS perpetrados não foi tão discordante, como quando se analisa a presença de indicadores de vitimização e a percentagem de alunos que consideram ter sido vítimas de alguma forma de VS. Esta discrepância é corroborada por outros estudos (p.e., Barros, 2016). Junto dos mais jovens parece existir, assim, uma tendência generalizada para a desvalorização de atos indesejados de menor gravidade (Caridade, 2011).

Os indicadores de vitimização e de perpetração de VS mais comuns foram toques sexuais indesejados de menor gravidade. De sublinhar a menor vivência e o menor cometimento de formas mais graves de VS, como é o caso da violação consumada, aspeto corroborado pela investigação de Martins (2012).

Objetivo 2 – Analisar o grau de legitimação da VS dos estudantes em função do género, da idade e do ano de escolaridade dos estudantes.

Os estudantes do género feminino são menos tolerantes e aceitam menos a VS, demonstrando menor grau de aceitação nos fatores 2 (“provocação da vítima”) e 4 (“falsa noção de invulnerabilidade pessoal”). Noutro estudo desenvolvido a nível nacional (Martins, 2012) constatou-se uma menor aceitação do género feminino no nível global de legitimação e nos fatores que compõem a escala. Os dados obtidos, em consonância com outras investigações (p.e., Ferrão & Gonçalves, 2015; Hockett et al., 2016; Martins, 2012), sugerem que os participantes do género masculino tendem a legitimar mais esta forma concreta de violência, responsabilizando a vítima pelo sucedido e reiterando a

crença de que os ofensores e as vítimas possuem características especiais que os tornam únicos e especialmente vulneráveis.

Relativamente à idade, os estudantes de 18 a 21 anos são menos tolerantes e aceitam menos a VS do que os com 22 ou mais anos, no fator 1 (“representação estereotipada da violação”), no fator 2 (“provocação da vítima”), no fator 4 (“falsa noção de invulnerabilidade pessoal”) e no nível global de legitimação. Este dado não vai de encontro ao resultado obtido por Martins (2012).

Quanto ao ano de escolaridade, os estudantes do 2º ano da licenciatura são os mais intolerantes e os que menos aceitam a VS, evidenciando uma menor pontuação média no nível global de legitimação e nos fatores 1 (“representação estereotipada da violação”) e 2 (“provocação da vítima”). No estudo desenvolvido por Martins (2012) foi evidente que quanto maior a escolaridade, menos crenças de legitimação os estudantes manifestam em todos os fatores considerados.

Objetivo 3 – Analisar o grau de legitimação da VS em função da percepção dos estudantes enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS.

Os estudantes que se percebem como vítimas de VS apresentam valores médios mais baixos no fator 1 (“representação estereotipada da violação”), indo ao encontro do estudo desenvolvido por Barros (2016). Os participantes vitimizados não apresentam uma visão tão estereotipada como as dos participantes que não foram alvo de VS. No nosso estudo, à semelhança da investigação desenvolvida por Martins (2012), a presença de indicadores de vitimização não se relacionou com o grau de legitimação de VS. No estudo de Martins (2012) os participantes classificados como vítimas apresentam um maior grau de legitimação nos fatores 3 (“consentimento da vítima”) e 5 (“falsas alegações”), crenças que tendem a reforçar a autoculpabilização da vítima e o medo de serem desacreditadas. Este dado não foi evidente na nossa investigação.

Atendendo a que apenas um dos estudantes se classificou como agressor não foi possível proceder a qualquer análise estatística. Já os estudantes que indicam ter cometido um ou mais atos sexualmente abusivos são os que manifestam maior tolerância e aceitação desta forma de violência, na medida global de legitimação e em todos os fatores que compõem a escala, com exceção do fator 5 (“falsas alegações”). Este dado é apoiado pela literatura pelo estudo de Martins (2012) no qual o grupo dos agressores apresentou um maior grau de adesão às crenças legitimadoras da violência sexual, quer a nível global,

quer em cada um dos fatores que compõem a ECVS. A aceitação de crenças legitimadoras de VS aumenta a probabilidade de ocorrência de comportamentos sexualmente coercivos (p.e., Martins et al., 2012; Payne et al., 1999; Scarpati et al., 2014), contribuindo para a desresponsabilização do agressor pelo sucedido.

Já os estudantes que conhecem alguém próximo que tenha sido vítima de VS apresentam valores médios mais baixos no fator 1 (“representação estereotipada da violação”). Ao contrário do esperado, conhecer alguém próximo vítima desta forma de violência associou-se a valores médios mais altos no nível global de tolerância/legitimação de VS e no fator 1 (“representação estereotipada da violação”). Importa, contudo, salientar que a maioria dos participantes não tem familiaridade com uma vítima de VS próxima.

Objetivo 4 – Analisar a capacidade empática dos estudantes em função do género, da idade e do ano de escolaridade.

Os níveis de empatia obtidos foram relativamente elevados, sobretudo nos estudantes do género feminino, concretamente, na dimensão “preocupação empática” e na medida global de empatia. Os participantes do género feminino evidenciam maior preocupação e maior demonstração de compaixão pelo outro diante de uma experiência negativa. Outros estudos corroboram estes dados (Felizardo, Ribeiro, Novo, Prada, & Magalhães, 2017; Gonçalves, 2017; Navarro-Saldaña et al., 2016), tendo ainda encontrado valores mais elevados de desconforto pessoal e de fantasia nas estudantes do género feminino (Gonçalves, 2017; Navarro-Saldaña et al., 2016).

Também verificamos que os estudantes de 18 a 21 anos apresentam maiores níveis de empatia do que os estudantes com 22 ou mais anos na dimensão “fantasia”, ao contrário do constatado por Felizardo e colaboradores (2017) que não encontraram diferenças nos níveis de empatia em função da idade dos estudantes. Os participantes mais jovens que colaboraram no nosso estudo caracterizam-se por uma maior capacidade para colocarem-se no contexto do outro ou de personagens fictícias.

Cabe ainda salientar que os participantes não se diferenciam nos níveis de empatia atendendo aos anos de escolaridade. Contudo, outros estudos constataram diferenças entre os estudantes do segundo e do terceiro ano da licenciatura de Educação Social na medida global de empatia e nas dimensões (tomada de perspectiva, fantasia, desconforto pessoal e preocupação empática) (Felizardo et al., 2017).

Objetivo 5 – Analisar a capacidade empática dos estudantes em função da percepção dos mesmos enquanto vítimas/agressores, da presença de indicadores de vitimização/perpetração de VS e da familiaridade com vítimas de VS.

Os níveis médios de empatia são mais elevados nos estudantes que já foram vítimas de VS na medida global de empatia e na dimensão afetiva referente à “preocupação empática”. Por sua vez, a presença de indicadores de vitimização e de perpetração de VS não se relaciona com a capacidade empática dos estudantes. Esta inexistência de diferenças estatisticamente significativas pode dever-se ao facto da amostra apresentar, de um modo global, níveis elevados de empatia.

Acresce ainda destacar que a capacidade empática dos estudantes não difere em função da familiaridade com vítimas de VS.

Objetivo 6 – Compreender a relação entre o grau de legitimação de VS e a capacidade empática dos estudantes.

Maiores níveis globais de empatia e de preocupação empática estão associados a um menor grau de legitimação da VS. A promoção desta dimensão da empatia emocional parece favorecer a compreensão da perspectiva da vítima de VS, em detrimento da “tendência muito natural para julgar, para apreciar, para aprovar ou desaprovar as afirmações de outra pessoa ou outro grupo” (Rogers, 2009, p. 378).

Considerações Finais

A realização deste estudo intitulado “Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo exploratório em estudantes de Educação Social” permitiu clarificar o problema formulado e dar resposta aos objetivos delineados e anteriormente referidos.

Embora a definição do que constitui uma vitimização/perpetração sexual não esteja isenta de controvérsia, os dados deste estudo permitem-nos concluir que a maioria dos inquiridos não se percebe como vítima ou agressor de VS. O facto dos participantes não se reconhecerem como tal não invalida que a experiência por eles retratada se encaixe nessas categorias. De facto, as percentagens de indicadores de vitimização/perpetração de VS parecem indicar que os jovens tendem a desvalorizar a ocorrência de comportamentos sexualmente abusivos em determinadas circunstâncias, integrando-os como experiências normais nos seus padrões de relacionamentos (Caridade, 2011).

Em analogia com outros estudos (p.e., Martins, 2012) os indicadores de vitimização/perpetração de VS mais reportados são o ser alvo de toques sexualmente indesejados, embora também tenhamos encontrado a ocorrência de atos de violência mais severa (como é o caso da violação).

Os nossos dados levam-nos igualmente a concluir que, no global, os participantes demonstram uma baixa tolerância/aceitação da VS, sobretudo nos estudantes do género feminino, de 18 a 21 anos e a frequentarem o segundo ano da licenciatura. Este resultado assume especial relevância atendendo ao facto da amostra ser composta por estudantes que futuramente desenvolverão a sua atividade profissional como Educadores Sociais. Neste contexto, uma maior intolerância face a crenças legitimadoras da VS poderá favorecer o adequado atendimento das vítimas de VS.

Verificamos igualmente que os estudantes que se percebem como vítimas apresentam menos representações estereotipadas da violação, maiores níveis de empatia na medida global e na dimensão afetiva preocupação empática. Por sua vez, a presença de indicadores de vitimização de VS não se relaciona com o grau de tolerância/legitimação desta forma de violência, nem com a capacidade empática dos estudantes. Também se comprova que a presença de indicadores de perpetração de VS não se relaciona com a capacidade empática dos estudantes, no entanto, ter cometido um ou mais atos sexualmente abusivos associa-se a uma maior legitimação desta violência

em todos os fatores que compõem a escala, à exceção do fator referente às falsas alegações.

De salientar ainda que a maioria dos participantes não tem conhecimento de algum caso de VS próximo de si, no entanto, curiosamente, os que têm não diferem na capacidade empática, mas demonstram maiores representações estereotipadas da violação.

Constatamos ainda que, de um modo geral, a existência de uma capacidade empática relativamente elevada, sobretudo no género feminino e nos estudantes com idades entre os 18 e os 21 anos. Com este estudo julgamos ainda ter demonstrado o importante papel que a empatia assume na compreensão da VS. Percebemos que os jovens com maiores níveis globais de empatia e de preocupação empática são os que menos legitimam a VS.

Nas últimas décadas tem-se assistido a uma evolução significativa na Educação Social. A abordagem tradicional, de carácter mais assistencialista e mais focada na resolução de problemas concretos e imediatos, demonstrou ser ineficaz na resposta a realidades sociais complexas (Carvalho & Baptista, 2004). Na atualidade a Educação Social reitera uma abordagem sistemática e reflexiva da realidade social que valoriza a participação, autonomia, consciencialização e interação (Ribeiro, 2013; Riberas-Bargalló & Vilar-Martín, 2014). Tal como sustenta Martins (1996) a Educação Social assume-se como um “como processo/acção de influência hetero ou auto educativa sobre o homem [e], caracteriza-se por orientar-se cívica e moralmente para que o ser humano consiga um maior estado de autonomia, de auto-realização, independência e exercício de liberdade” (p. 255). A Educação Social concebe, assim, o Educador Social como um agente impulsionador de mudança a quem compete, entre outras tarefas, desconstruir os mitos e as crenças erróneas associadas à VS já que estes tendem a validar esta forma de violência, a obstaculizar a procura de ajuda por parte das vítimas e a desresponsabilizar o(a) agressor(a) pelo sucedido (Martins et al., 2012; Payne et al., 1999; Scarpati et al., 2014).

Deste modo, no âmbito da formação académica em Educação Social são transmitidos aos estudantes conhecimentos e desenvolvidas diversas competências a fim de os(as) melhor preparar para o exercício da sua atividade profissional. Riberas-Bargalló e Vilar-Martín (2014) reiteram a necessidade dos Educadores Sociais se posicionarem e responderem de forma eficiente à complexidade da realidade com a qual se confrontam nas suas práticas profissionais de forma a poderem tecer uma visão global e integradora. Face aos resultados encontrados sugerimos a necessidade da promoção da dimensão

afetiva da empatia, já que parece favorecer a compreensão do fenómeno da VS. Neste sentido, a formação do Educador Social deve enfatizar o desenvolvimento de competências pessoais, relacionais/interpessoais e sociais. Sendo o Educador Social um agente que intervém em múltiplas realidades sociais é essencial estabelecer uma relação de proximidade e saber comunicar com o outro com autenticidade, sendo fulcral reforçar a empatia para com as vítimas de qualquer forma de VS. O estabelecimento de uma relação de respeito, confiança e empatia são essenciais na intervenção social (Felizardo et al., 2017), proporcionando uma melhor compreensão e reconhecimento das necessidades das vítimas de VS. Uma vez que a empatia é uma competência passível de treino e com impacto nas relações interpessoais, em consonância com Falcone (1999) consideramos que é fulcral apostar no treino da empatia nas instituições educativas do Ensino Superior “como um recurso preventivo importante no desenvolvimento moral e interacional, contribuindo para a formação de pessoas mais saudáveis e felizes” (Falcone, 1999). Não obstante, pese embora a sua importância são ainda escassas as investigações que analisam a relevância deste construto para a Educação Social.

Para terminar, parafraseando Carvalho e Batista (2004) sublinhamos o quanto o Educador Social contribui significativamente no sentido de dar resposta ética às necessidades e exigências sociais das sociedades atuais. Também Mateus (2012) realça que uma das grandes tarefas do Educador Social é a de “lidar como sofrimento humano e construir respostas eficazes ou pontes socioeducativas que permitam a resolução pronta e eficaz dos problemas” (p.69). Compete a este profissional “antes de mais, ajudar a ser e a conviver com os outros: aprender a ser com os outros e a viver juntos em comunidade” (Soriano-Diaz, 2006, p. 92).

Pese embora o contributo que consideramos que possa advir da presente investigação, sublinhamos que os dados obtidos não devem ser generalizados a todos os estudantes a frequentar a licenciatura em Educação Social. Em investigações futuras será relevante replicar este estudo, abrangendo uma amostra mais alargada e representativa, bem como através do recurso a desenhos longitudinais, no sentido de se analisarem as mudanças registadas ao longo do ciclo de formação.

Referências Bibliográficas

- Anderson, I. (2007). What is a typical rape? Effects of victim and participant gender in female and male rape perception. *British Journal of Social Psychology*, 46(1), 225-245. doi:10.1348/014466606X101780.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/APAV. (2017). *Depois do não, pára! - Campanha de prevenção da violência sexual no Ensino Superior*. Acedido em https://apav.pt/apav_v3/index.php/pt/351-depois-do-nao-para-campanha-de-prevencao-a-o-da-violencia-sexual-no-ensino-superior
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/APAV. (s.d.-a). Qual o impacto. Acedido em <http://apav.pt/unisexo2/index.php/pt/icons>
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima/APAV. (s.d.-b). Violência Sexual. Acedido em <http://www.apavparajovens.pt/pt/go/o-que-e3>
- Balvanes, M., & Caputi, P. (2001). *Introduction to quantitative research methods*. Londres: Sage Publications.
- Barros, C. (2016). *A agressão sexual em contextos festivos e o consumo de substância psicoativas*. Tese de Mestrado Integrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Blake, M. M., Barbara, M. M., & Renata, B. (2014). What Counts as Rape? The Effect of Offense Prototypes, Victim Stereotypes, and Participant Gender on How the Complainant and Defendant are Perceived. *Journal of Interpersonal Violence*, 29(12), 2273-2303. doi:10.1177/0886260513518843
- Burgess, A. W., Fawcett, J., Hazelwood, R. R., & Grant, C. A. (1995). Victim care services and the comprehensive sexual assessment tool. In R. H. Hazelwood & A. W. Burgess (Eds.), *Rape investigation* (pp. 263–272). Boca Raton, FL: CRC Press.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of Personality and Social Psychology*, 38, 217–230.
- Caridade (2011). *Vivências Íntimas Violentas: Uma abordagem científica*. Coimbra: Almedina.
- Caridade, S., & Machado, C. (2008). Violência sexual no namoro: A relevância da prevenção. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 22, 77 – 104.
- Carvalho, A., & Baptista, I. (2004). *Educação Social: fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.
- Centers for Disease Control and Prevention. (2004). *Sexual violence prevention: Beginning the dialogue*. Atlanta, GA: Centers for Disease Control and Prevention.

- Centers for Disease Control and Prevention. (2014). Prevalence and characteristics of sexual violence, stalking, and intimate partner violence victimization - National intimate partner and sexual violence survey, United States, 2011. *Surveillance Summaries*, 63, 1-24.
- Davis, M. H. (1980). A multidimensional approach to individual differences in empathy. *Catalog of Selected Documents in Psychology*, 10, 1-17.
- Davis, M. H. (1983). Measuring individual differences in empathy: Evidence for a multidimensional approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44, 113-136.
- Davis, M. H. (1996). *A Social Psychological Approach*. Boulder, CO: Westview Press.
- de Souza, F., Drezett, J., Meirelles, A., & Ramosa, D. (2013). Aspectos psicológicos de mulheres que sofrem violência sexual. *Reprod Clim*, 27(3), 98–103.
- Duan, C., & Hill, C. E. (1996). The Current State of Empathy Research. *Journal of Counseling Psychology*, 43(3), 261-274.
- Dunn, S. F. M., & Gilchrist, V. J. (1993). Sexual assault. *Primary Care*, 20, 359–373.
- Erera, P. I. (1997). Empathy Training for Helping Professionals. *Journal of Social Work Education*, 33(2), 245-260. doi:10.1080/10437797.1997.10778868
- Falcone, E. (1999). A avaliação de um programa de treinamento da empatia com universitários. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 1(1).
- Felizardo, S., Ribeiro, E., Novo, R., Prada, A., & Magalhães, C. (2017). Empathy perception in Social Education students: an inter-institutional study. In Z. Bekirogullari, M. Y. Minas, & R. X. Thambusamy (Eds.), *The European Proceedings of Social & Behavioural Sciences* (pp. 891-901). U.K.: Future Academy.
- Fernández-Pinto, I., López-Pérez, B., & Márquez, M. (2008). Empatía: Medidas, teorías y aplicaciones en revisión. *Anales de psicología*, 24(2), 284-298.
- Ferrão, M. C., & Gonçalves, G. (2015). Rape Crimes Reviewed: The Role of Observer Variables in Female Victim Blaming. *Psychological Thought*, 8(1), 47–67. doi:10.5964/psyc.v8i1.131
- Fortin, M. F. (2009). *O Processo de Investigação: da concepção à realização* (5ª ed.). Loures: Lusociência.
- Freese, B., Moya, M., & Megías, J. (2004). Social perception of rape: How rape myth acceptance modulates the influence of situational factors. *Journal of Interpersonal Violence*, 9, 143-161.

- Gerdes, K. E., & Segal, E. A. (2009). A Social Work Model of Empathy. *Advances in Social Work, 10*(2), 114-127.
- Gerdes, K. E., Segal, E. A., Jackson, K. F., & Mullins, J. L. (2011). Teaching empathy: a framework rooted in social cognitive neuroscience and social justice. *Journal of Social Work Education, 47*(1), 109-131. doi:10.5175/JSWE.2011.200900085
- Gil, A. C. (2001). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social (4ª ed.)*. São Paulo: Atlas.
- Gonçalves, M. S. (2017). *Reatividade interpessoal e regulação emocional em estudantes de Psicologia: estudo exploratório*. Tesde de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Porto, Portugal,
- Hockett, J. M., Smith, S. J., Klausing, C. D., & Saucier, D. A. (2016). Rape Myth Consistency and Gender Differences in Perceiving Rape Victims: A Meta-Analysis. *Violence against Women, 22*(2), 139-167. doi:10.1177/1077801215607359
- Koss, M. P., Gidycz, C. A., & Wisniewski, N. (1987). The scope of rape: Incidence and prevalence of sexual aggression and victimization in a national sample of higher education students. *Journal of Counseling and Clinical Psychology, 55*(2), 162–170.
- Limpo, T., Alves, R. A., & Castro, S. L. (2010). Medir a empatia: Adaptação portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal. *Laboratório de Psicologia, 8*(2), 171-184.
- Luna, B. (1998). Sequência básica na elaboração de protocolos de pesquisa. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia, 71*(6), 735-740 doi:https://dx.doi.org/10.1590/S0066-782X1998001200001
- Maroco, J., & Bispo, R. (2003). *Estatística Aplicada às Ciências Sociais e Humanas*. Climepsi Editores: Lisboa.
- Martins, E. (1996). *A existência de uma pedagogia social ou educação social em Portugal (Séc. XIX – XX) (p. 251-270)*. In 2º encontro de História da Educação Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação- Fazer e ensinar história da educação. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos em Educação e Psicologia.
- Martins, S. (2012). *Vitimização e Perpetração Sexual em Jovens Adultos: da Caracterização da Prevalência às Atitudes*. Tesde de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Martins, S., Machado, S., Abrunhosa, R., & Manita, C. (2012). Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS). *Análise Psicológica, XXX* (1-2), 177-191.
- Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EduSer: Revista de Educação, 4*(1), 60-71.

- Mehrabian, A., & Epstein, N. (1972). A measure of emotional empathy. *Journal of Personality*, 40, 525-543.
- Moynihan, M. M., & Banyard, V. L. (2008). Community Responsibility for Preventing Sexual Violence: A Pilot Study with Campus Greeks and Intercollegiate Athletes. *Journal of Prevention & Intervention in the Community*, 36(1-2), 23-38. doi:10.1080/10852350802022274
- Navarro-Saldaña, G., Maluenda-Albornoz, J., & Varas-Contreras, M. (2016). Diferencias en empatía según sexo y área disciplinar en estudiantes universitarios chilenos de la provincia de Concepción, Chile. *Educación*, XXV (49), 63-82. doi:http://dx.doi.org/10.18800/educacion.201602.004
- Organização Mundial de Saúde. (2012). *Sexual Violence*. Acedido em http://www.who.int/violence_injury_prevention/violence/global_campaign/en/cha p6.pdf
- Payne, D. L., Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1999). Rape Myth Acceptance: Exploration of Its Structure and Its Measurement Using the Illinois Rape Myth Acceptance Scale. *Journal of Research in Personality*, 33(1), 27-68. doi:https://doi.org/10.1006/jrpe.1998.2238
- Potter, S. J., Moynihan, M. M., Stapleton, J. G., & Banyard, V. L. (2009). Empowering Bystanders to Prevent Campus Violence Against Women: A Preliminary Evaluation of a Poster Campaign. *Violence against Women*, 15(1), 106-121. doi:10.1177/1077801208327482
- Randall, M., & Haskell, L. (1995). Sexual violence in women's lives: Findings from the Women's Safety Project, a community-based survey. *Violence against Women*, 3, 6-31.
- Ribeiro, E. (2013). *O educador Social, identidade e reptos na aprendizagem da profissão*. In J. Palhares & A. Afonso (Eds.), Livro de Atas do I Colóquio Internacional de Ciências Sociais da Educação, II Encontro de Sociologia da Educação – O não formal e o informal em educação: centralidades e periferias (pp. 827-832). Braga: Centro de Investigação em Educação (CIEd), Instituto de Educação Universidade do Minho Braga.
- Riberas-Bargalló, G., & Vilar-Martín, J. (2014). La praxis reflexiva: un reto para la Educación Social. *EDETANIA*, 45(Julio), 129-142.
- Rocha, T. L., & Vieira, M. (1990). Violação e Espancamento: Mitos e conseqüências. *Análise Psicológica*, 2(VIII), 179-186.

- Rogers, C. R. (1959). A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships as developed in the client-centered framework. In S. Koch (Ed.), *Psychology: A study of a science (Vol. 3, pp. 184-256)*. New York: McGraw-Hill.
- Rogers, C. R. (2009). *Tornar-se Pessoa*. Lisboa: Padrões Culturais Editora.
- Sampaio, L. R., Camino, C. P., & Roazzi, A. (2009). Revisão de Aspectos Conceituais, Teóricos e Metodológicos da Empatia. *Psicologia, Ciência e Profissão, 29(2)*, 212-227.
- Santi, L. N., Nakano, A. M. S., & Lettiere, A. (2010). Percepção de mulheres em situação de violência sobre o suporte e apoio recebido em seu contexto social. *Texto contexto – enfermagem, 19*, 417-424.
- Scarpati, A., Guerra, V., & Duarte, C. (2014). Adaptação da Escala de Aceitação dos Mitos de Estupro: evidências de validade. *Avaliação Psicológica, 13(1)*, 57-65.
- Soriano-Diaz, A. (2006). Uma Aproximação à Pedagogia - Educação Social. *Revista Lusófona de Educação, 7*, 91-104.
- Szymanski, L. A., Devlin, A. S., Chrisler, J. C., & Vyse, S. A. (1993). Gender role and attitudes toward rape in male and female college students. *Sex Roles, 29*, 37-57.
- van der Bruggen, M., & Grubb, A. (2014). A review of the literature relating to rape victim blaming: An analysis of the impact of observer and victim characteristics on attribution of blame in rape cases. *Aggression and Violent Behavior, 19(5)*, 523-531. doi:<https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.07.008>
- Vilelas, J. (2009). *O processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Sílabo.
- Villela, W., & Lago, T. (2007). Conquistas e desafios no atendimento das mulheres que sofreram violência sexual. *Cadernos de Saúde Pública, 23(23)*, 471-475.
- Ward, C. A. (1995). *Attitudes toward rape: Feminist and social psychological perspectives*. London: Sage.
- Zoll, C., & Enz, S. (2006). *A Questionnaire to Assess Affective and Cognitive Empathy in Children*. Acedido em <https://opus4.kobv.de/opus4-bamberg/frontdoor/index/index/year/2010/docId/208>

Anexos

Anexo 1. Solicitação de autorização aos autores para utilização da Escala de Crenças sobre Violência Sexual (ECVS)

— □ ×

← Responder ← Responder a todos → Reencaminhar 📁 Arquivar 🗑 Eliminar ⋮

RE: Pedido de autorização para utilização da Escala de Crenças sobre Violência Sexual



Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves
16/01/2018 15:08



Para: carla pires

[Guardar todos os anexos](#)



Cara Carla, boa tarde.
Junto remeto escala bem como artigo onde é apresentada a validação da mesma.
Cptos e bom trabalho
Rui Abrunhosa Gonçalves

From: carla pires [carla_pires92@hotmail.com]
Sent: Tuesday, January 16, 2018 2:03 PM
To: Rui João Abrunhosa Carvalho Gonçalves
Subject: Pedido de autorização para utilização da Escala de Crenças sobre Violência Sexual

Caro Professor Doutor Rui Abrunhosa
No âmbito da tese de mestrado de Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo da vida desenvolvida na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança, sob a orientação da Doutora Ana Prada, venho por este meio solicitar autorização para a aplicação da versão portuguesa da Escala de Crenças sobre Violência Sexual e informação relativa à mesma.

Agradeço desde já a atenção disponibilizada e confiante da sua recetividade,
Com os maiores cumprimentos
Carla Pires

Enviado do [Correio](#) para Windows 10

Anexo 2. Solicitação de autorização aos autores para utilização da versão portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal.

← Responder ← Responder a todos → Reencaminhar Arquivar Eliminar ...

Pedido de autorização para utilização da versão portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal de Davis.

 **carla pires**
09/01/2018 10:08

Para: slcastro@fpce.up.pt

Cara Professora Doutora Sao Luis Castro
No âmbito da tese de mestrado de Educação Social- desenvolvida na Escola Superior de Educação, do Instituto Politécnico de Bragança, sob a orientação da Doutora Ana Prada, venho por este meio solicitar autorização para a aplicação da versão portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal de Davis.

Agradeço desde já a atenção disponibilizada e confiante da sua reatividade,
Com os maiores cumprimentos
Carla Pires

← Responder ← Responder a todos → Reencaminhar Arquivar Eliminar ...

Fwd: Pedido de autorização para utilização da versão portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal de Davis.

 **Teresa Limpo**
09/01/2018 14:50

Para: carla_pires92@hotmail.com Cc: São Luis Castro

[Guardar todos os anexos](#)

 IRL_vPT.docx 97,4 KB	 LimpoAlves&Castro10-LabPsi.pdf 105 KB
---	--

Cara Carla,

Obrigada pelo seu interesse no IRI. Segue em anexo o artigo de validação juntamente com a escala. Se tiver alguma dúvida, não hesite em contactar-me.


Boa sorte para o seu trabalho,
Teresa

Teresa Limpo, PhD
Postdoctoral Research Fellow
Centre for Psychology at the University of Porto
Rua Alfredo Allen
4200-135 Porto, Portugal

e-mail: limpo@fpce.up.pt
webpage: https://www.researchgate.net/profile/Teresa_Limpo

← Responder ← Responder a todos → Reencaminhar Arquivar Eliminar ...

RE: Pedido de autorização para utilização da versão portuguesa do Índice de Reactividade Interpessoal de Davis.

 **carla pires**
09/01/2018 14:56

Para: Teresa Limpo

Agradeço a prontidão da resposta.
Com os melhores cumprimentos
Carla Pires

Anexo 3. Solicitação de autorização para realização do estudo ao Diretor da Escola Superior de Educação de Bragança.

ASSUNTO: Pedido de autorização de investigação "Crenças de legitimação da violência sexual: um estudo exploratório em estudantes de Educação Social"

Ex.^{mo} Diretor da Escola Superior de Educação de Bragança

Sou estudante do Mestrado em Educação Social - Educação e Intervenção ao Longo da Vida nesta Escola e venho por este meio solicitar a V.^ª Excelência autorização para aplicar o questionário (segue em anexo) aos estudantes do 1.^º, 2.^º e 3.^º anos da Licenciatura em Educação Social.

Este estudo insere-se no âmbito da dissertação de Mestrado a apresentar nesta Escola sob a orientação da Doutora Ana Prada.

O questionário é de auto-preenchimento, tem uma duração estimada de 15 minutos e será aplicado no contexto de sala, garantido o anonimato e a confidencialidade dos dados.

Os resultados são para uso exclusivo desta investigação, estando sujeitos às formas habituais de divulgação.

Com os melhores cumprimentos

Carla Patrícia Pires

Carla Patrícia Pires



*Autorizado.
Deverá recorrer a um procedimento
que seja o menor perturbador possível
do desenrolar normal das aulas. Deverá
combina-lo com a Prof. Ana Prada.*

01/03/2018

[Signature]

Anexo 4. Inquérito por questionário

Questionário

Este questionário integra um estudo sobre Violência Sexual no âmbito da dissertação de Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, a realizar por Carla Pires, sob orientação da Doutora Ana Prada.

Todas as informações recolhidas são anónimas e confidenciais e serão utilizadas exclusivamente para este estudo.

Agradecemos, desde já, a sua colaboração, respondendo às questões apresentadas em seguida.

Quando terminar o questionário clique em ENVIAR/SUBMITER.

Ao responder a este questionário declara que leu e compreendeu tudo o que foi previamente referido, desejando colaborar na investigação. Reconhece, também que, em qualquer momento, poderá desistir desta colaboração, bastando fechar esta página, sem que isso acarrete qualquer consequência para si.

*Obrigatório

PARTE 1. DADOS SOCIODEMOGRÁFICOS

Segue-se uma lista de perguntas sobre si.

1.1. Qual é o seu género? *

Masculino

Feminino

1.2. Qual é a sua idade? *

Sua resposta _____

1.3. Qual é o seu estado civil? *

Solteiro(a)

Casado(a)/ União de Facto

Divorciado(a)/ Separado(a)

Viúvo(a)

1.4. Que ano frequenta na licenciatura de Educação Social? *

1º ano

2º ano

3º ano

1.5. Qual é a sua nacionalidade? *

Sua resposta

PARTE 2. VIOLÊNCIA SEXUAL

Nesta investigação entendemos Violência sexual como qualquer tipo de relação sexual sem o consentimento/ contra a vontade da pessoa.

2.1. Responda consoante a sua experiência nas seguintes situações. *

	Não	Sim
Foi beijado(a) de uma forma sexual sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Beijou de uma forma sexual outra pessoa sem o consentimento/ contra a vontade da mesma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi acariciado(a) sexualmente sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acariciou sexualmente outra pessoa sem o consentimento/ contra a vontade da mesma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi apalpado(a) sexualmente sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Apalpou sexualmente outra pessoa sem o consentimento/ contra a vontade da mesma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguém lhe mostrou os genitais sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mostrou os seus genitais a outra pessoa sem o consentimento/ contra a vontade da mesma.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Teve alguma relação sexual porque estava com medo do que o seu/ a sua parceiro(a) poderia fazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Teve alguma relação sexual com o seu parceiro/ a sua parceira sem o consentimento/ contra a vontade do(a) mesmo(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Alguém roçou/encostou áreas privadas do corpo(peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Roçou/encostou áreas privadas do corpo (peito, área genital, rabo) sem o seu consentimento/ contra a vontade de outra pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Foi forçado(a) a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Forçou alguém a uma relação sexual (vaginal, anal e/ou oral) sem o consentimento/ contra a vontade dessa pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Masturbou alguém ou foi envolvido na masturbação de alguém sem o seu consentimento/ contra a sua vontade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Forçou alguém a masturbar-se ou a envolver-se na masturbação de alguém sem o consentimento/ contra a vontade dessa pessoa.

2.2. Alguma vez foi vítima de violência sexual? *

Não

Sim

2.3. Alguma vez agrediu sexualmente outra pessoa? *

Não

Sim

2.4. Conhece algum caso de violência sexual em pessoas próximas de si? *

Não

Sim

PARTE 3. ESCALA ECVS (Martins et. al., 2012)

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a comportamentos de natureza sexual. Pede-se que leia atentamente essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua opinião é o mais importante. Assinale, usando uma escala que vai de 1 (Discordo totalmente) a 5 (Concordo totalmente), o seu grau de concordância com as seguintes questões:

★

	Discordo totalmente	discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo totalmente
1- Os agressores sexuais são, quase sempre, desconhecidos da vítima.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2- Se uma pessoa já tiver mantido antes relações sexuais com a outra, então não se pode falar de violência sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3- Só são vítimas de agressões sexuais as pessoas "indecentes".	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4- Só as pessoas que não conseguem arranjar parceiros(as) é que cometem agressões sexuais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5- As pessoas dizem que foram vítimas de violência sexual quando se querem vingar de alguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6- Forçar o cônjuge (marido/esposa) a ter relações sexuais não é violação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7- Há pessoas que merecem ser violadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8- Há um certo ponto a partir do qual "nenhum homem é de ferro".	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9- Se não for usada violência física, então não se pode dizer que o acto sexual foi forçado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10- Quando as mulheres dizem não (ao sexo), muitas vezes querem dizer sim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11- Se uma pessoa provoca sexualmente outra, não se pode depois queixar de ter sido violada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12- A maioria das queixas de violação é falsa ou exagerada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13- Se uma pessoa se expõe, por exemplo, saindo à noite sozinha ou frequentando locais com má reputação, a culpa é sua se for vítima de um ataque sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

14- Muitas queixas de violação são inventadas quando os(as) companheiros(as) expressam o desejo de terminar a relação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15- Os agressores sexuais, na sua maioria, são pessoas com um aspecto diferente das outras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16- Se uma pessoa não agredir fisicamente nem magoar a outra, então a violação é pouco grave.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17- Algumas pessoas têm prazer sexual quando são violadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18- Algumas pessoas têm o desejo secreto de ser violadas e gostariam que tal acontecesse.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

19- Há mulheres que gostam que os homens usem um pouco de força para as convencer a ter sexo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20- Muitas queixas de violação são inventadas quando as pessoas se arrependem do que fizeram.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21- Se a pessoa violada tiver um comportamento sexual "indecente", então a agressão sexual é menos grave.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22- Forçar o namorado(a) a ter relações sexuais não é violação.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23- Uma queixa de violação feita dias após o acto provavelmente não é verdadeira.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

24- Uma pessoa pressionar a outra para ter relações sexuais pode ser uma forma de expressar amor e envolvimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25- Se uma pessoa não resistir fisicamente, então não pode dizer que foi vítima de agressão sexual.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
26- "Quem anda à chuva molha-se"; quem não quiser ser agredido sexualmente deve evitar expor-se ao risco.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27- Se uma pessoa é violada quando está alcoolizada e/ou sob efeito de outras drogas, então pelo menos uma parte da culpa é dela.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28- Se uma pessoa aceita algum acto de natureza sexual com outra (e.g., carícias, beijos), então isso quer dizer que ela aceita ter relações sexuais com essa pessoa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29- Se uma pessoa não quiser mesmo ser violada, ela consegue defender-se.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30- Se a pessoa violada já não era virgem, a violação é menos grave.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PARTE 4. ESCALA IRI (Limpo et al., 2010)

As afirmações seguintes referem-se a pensamentos e sentimentos que poderá ter tido em diversas situações. Indique em que medida cada item o/a descreve selecionando o número apropriado na escala abaixo, desde 0 (não me descreve bem) a 4 (descreve-me muito bem). Leia atentamente cada item antes de responder no espaço correspondente. É importante que as suas respostas sejam francas e honestas.

1. Tenho muitas vezes sentimentos de ternura e preocupação pelas pessoas menos afortunadas do que eu. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

2. De vez em quando tenho dificuldade em ver as coisas do ponto de vista dos outros. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

3. Às vezes, não sinto muita pena quando as outras pessoas estão a ter problemas. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

4. Facilmente me deixo envolver nos sentimentos das personagens de um romance. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

5. Em situações de emergência, sinto-me desconfortável e apreensivo/apreensiva. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

6. Habitualmente mantenho a objectividade ao ver um filme ou um teatro e não me deixo envolver por completo. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

7. Quando há desacordo, tento atender a todos os pontos de vista antes de tomar uma decisão. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

8. Quando vejo que se estão a aproveitar de uma pessoa, sinto vontade de a proteger. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

9. Por vezes tento compreender melhor os meus amigos imaginando a sua perspectiva de ver as coisas. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

10. É raro ficar completamente envolvido/envolvida num bom livro ou filme. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

11. Quando vejo alguém ficar ferido, tendo a permanecer calmo/calma. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

12. As desgraças dos outros não me costumam perturbar muito. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

13. Depois de ver um filme ou um teatro, sinto-me como se tivesse sido uma das personagens. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

14. Estar numa situação emocional tensa assusta-me. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

15. Geralmente sou muito eficaz a lidar com emergências. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

16. Fico muitas vezes emocionado/emocionada com coisas que vejo acontecer. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

17. Acredito que uma questão tem sempre dois lados e tento olhar para ambos. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

18. Descrever-me-ia como uma pessoa de coração mole. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

19. Quando vejo um bom filme, consigo facilmente pôr-me no lugar do protagonista. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

20. Tendo a perder o controlo em situações de emergência. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

22. Quando estou a ler uma história ou um romance interessante, imagino como me sentiria se aqueles acontecimentos se tivessem passado comigo. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

23. Quando vejo alguém numa emergência a precisar muito de ajuda, fico completamente perdido/perdida. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

23. Quando vejo alguém numa emergência a precisar muito de ajuda, fico completamente perdido/perdida. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

24. Antes de criticar alguém, tento imaginar como me sentiria se estivesse no seu lugar. *

	0	1	2	3	4	
Não me descreve bem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	Descreve-me muito bem

Muito obrigada pela sua colaboração!

ENVIAR

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.